

Expresso

FRANCISCO PINTO DA SILVA

AV. DE S. CARLOS, 100
1200-000 LISBOA

Publicação semanal de 21.000
cópia (média) em 1974



Violência no Porto provoca dezenas de feridos

Em 1975, a violência no Porto provocou dezenas de feridos e a destruição de milhares de objetos. A situação de tensão que se viveu durante a semana passada levou a uma série de ataques a estabelecimentos comerciais e a danos materiais consideráveis. Segundo fontes locais, a violência foi desencadeada por grupos de extrema esquerda que se dedicaram a saquear lojas e a incendiar edifícios. O resultado foi a morte de pelo menos cinco pessoas e a ferimento de dezenas de outros. A situação só se acalmou após a intervenção das forças de segurança e a chegada de reforços militares.

Conselho da Revolução e Conselho de Ministros

O Conselho da Revolução e o Conselho de Ministros reuniram-se para discutir a situação política e social do país. O encontro decorreu em ambiente de seriedade e foi presidido pelo presidente do Conselho da Revolução. Foram abordados temas de grande importância, incluindo a situação da economia, a educação e a saúde pública. O Conselho de Ministros apresentou um relatório sobre o trabalho desenvolvido durante o período anterior.

Comunicado conjunto PPD-Radicais de Esquerda Francesca

O Partido Popular Democrático-Radicais de Esquerda e o Partido Democrático da França emitiram um comunicado conjunto. No documento, os dois partidos afirmam o seu compromisso com a democracia e a liberdade. Expressam a sua preocupação com a situação política em Portugal e apelam a uma solução pacífica para os conflitos existentes. O comunicado também menciona a importância da cooperação internacional para a resolução dos problemas do mundo.

Institucionalização dos SUV's

A proposta de institucionalização dos Serviços de Utilidade Pública (SUV) foi discutida em uma reunião. O objetivo é dar maior eficácia e transparência a estes serviços, que desempenham um papel fundamental na administração pública. A medida prevê a criação de órgãos especializados para a gestão dos SUV's, garantindo assim a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Funeral de Alexandrino de Sousa



Meios aéreos na guerra de Angola

FNLA bombardeia emissora oficial em Luanda

A Força Nacional de Libertação de Angola (FNLA) realizou um bombardeio contra uma emissora de rádio oficial em Luanda. O ataque causou danos materiais consideráveis e interrompeu temporariamente as comunicações. A FNLA afirmou que o bombardeio foi uma resposta à repressão governamental e à violação dos direitos humanos. O governo angolano condenou o ato e prometeu tomar medidas para garantir a segurança das comunicações e a liberdade de expressão.

Vitor Crespo ao EXPRESSO: O espírito do Alvor enformará a independência de Angola

Vitor Crespo, líder da FNLA, afirmou que o espírito do Alvor enformará a independência de Angola. Ele destacou a importância da luta armada e da participação popular na construção de um novo Estado. Crespo afirmou que a FNLA está comprometida com a realização de um processo democrático e transparente para a escolha dos líderes do novo país. Ele também mencionou a necessidade de estabelecer relações pacíficas com os outros grupos armados e com o governo angolano.

Em uma entrevista ao EXPRESSO, Vitor Crespo afirmou que a FNLA está comprometida com a realização de um processo democrático e transparente para a escolha dos líderes do novo país. Ele também mencionou a necessidade de estabelecer relações pacíficas com os outros grupos armados e com o governo angolano. Crespo destacou a importância da luta armada e da participação popular na construção de um novo Estado.

Crespo afirmou que a FNLA está comprometida com a realização de um processo democrático e transparente para a escolha dos líderes do novo país. Ele também mencionou a necessidade de estabelecer relações pacíficas com os outros grupos armados e com o governo angolano. Crespo destacou a importância da luta armada e da participação popular na construção de um novo Estado.

Em uma entrevista ao EXPRESSO, Vitor Crespo afirmou que a FNLA está comprometida com a realização de um processo democrático e transparente para a escolha dos líderes do novo país. Ele também mencionou a necessidade de estabelecer relações pacíficas com os outros grupos armados e com o governo angolano. Crespo destacou a importância da luta armada e da participação popular na construção de um novo Estado.

Crespo afirmou que a FNLA está comprometida com a realização de um processo democrático e transparente para a escolha dos líderes do novo país. Ele também mencionou a necessidade de estabelecer relações pacíficas com os outros grupos armados e com o governo angolano. Crespo destacou a importância da luta armada e da participação popular na construção de um novo Estado.

Crespo afirmou que a FNLA está comprometida com a realização de um processo democrático e transparente para a escolha dos líderes do novo país. Ele também mencionou a necessidade de estabelecer relações pacíficas com os outros grupos armados e com o governo angolano. Crespo destacou a importância da luta armada e da participação popular na construção de um novo Estado.

**Portugal
no Conselho da Europa**

Por detrás
da unanimidade
muitas reticências

Leitura
política
de um empréstimo

O caso dos armamentos
em Beirute:

EXPRESSO COPCON e Diálogo de Alentejo
em "procurar" o equilíbrio que devia
transparer as facções nacionais
da política militar

1975, 18 e 19

**Timor
Leste**

"Estabilidade geo-política"
versus independência nacional

EXPRESSO entrevista Atilio Brajo, ministro
do Conselho Central do FRETLIN

O ministro da Defesa da RFA ao EXPRESSO: Será discutido em Bonn o futuro da base aérea de Beja

O ministro da Defesa da República Federal da Alemanha (RFA) afirmou que o futuro da base aérea de Beja será discutido em Bonn. Ele mencionou a importância da base para a segurança da região e a cooperação internacional. O ministro também mencionou a necessidade de estabelecer um diálogo com as autoridades locais e com os outros países da região para garantir a estabilidade e a paz.

O ministro da Defesa da República Federal da Alemanha (RFA) afirmou que o futuro da base aérea de Beja será discutido em Bonn. Ele mencionou a importância da base para a segurança da região e a cooperação internacional. O ministro também mencionou a necessidade de estabelecer um diálogo com as autoridades locais e com os outros países da região para garantir a estabilidade e a paz.

Meios aéreos na guerra de Angola

A Força Nacional de Libertação de Angola (FNLA) realizou um bombardeio contra uma emissora de rádio oficial em Luanda. O ataque causou danos materiais consideráveis e interrompeu temporariamente as comunicações. A FNLA afirmou que o bombardeio foi uma resposta à repressão governamental e à violação dos direitos humanos. O governo angolano condenou o ato e prometeu tomar medidas para garantir a segurança das comunicações e a liberdade de expressão.

A Força Nacional de Libertação de Angola (FNLA) realizou um bombardeio contra uma emissora de rádio oficial em Luanda. O ataque causou danos materiais consideráveis e interrompeu temporariamente as comunicações. A FNLA afirmou que o bombardeio foi uma resposta à repressão governamental e à violação dos direitos humanos. O governo angolano condenou o ato e prometeu tomar medidas para garantir a segurança das comunicações e a liberdade de expressão.

**OMEGA
DYNAMIC**

Um relógio que se renova.
E jovem, é moderno.



Violência no Porto provoca dezenas de feridos

A MEIA-NOITE e meia eram já 46 os feridos no Porto, na sequência da manifestação do PS.

A manifestação do Conselho Municipal do Porto teve de início escassos aderentes, que aumentaram depois no caminho para o RASP. Os manifestantes foram recebidos nos muros do quartel pelos soldados, que os aplaudiram.

Na manifestação do PS falaram Pedro Coelho e Manuel Alegre.

No momento em que este falava na campanha do PCP de sabotar o Governo, uma violenta explosão registou-se a algumas centenas de metros na Rua do Bonjardim e nas proximidades da sede da União Democrática Popular. O rebentamento, que nos afirmou ser uma granada atirada daquela sede, provocou o estilhaçar de vidros de estabelecimentos bancaleiros das proximidades e foi seguido, um quarto de hora depois, por outro de maior força poeireira, e de tiros de armas automáticas. Um carro-patrolha da PSP teria sido alvejado e os seus ocupantes feridos. Embora as detonações se repetissem a curtos intervalos, até à hora em que permanecemos no local não tinham surgido quaisquer forças de ordem.

Entretanto, Mário Soares, vibrantemente aclamado, falou depois de serenada a agitação, e colocou a tónica da sua intervenção no parlamentarismo dos órgãos da Informação e na necessidade da reforma agrária.

Disse: "O VI Governo é de esperança e não podemos consentir que o PC, que dele também faz parte, ao mesmo tempo esteja associado aos grupos minoritários que todos os dias tentam destruí-lo".

Propôs um desfile pacífico e disciplinado até ao Quartel Geral da Região Militar do Norte para exprimir directamente o apoio do PS ao brigadeiro Veloso.

Enquanto a manifestação se deslocava pelo itinerário previsto até ao QG, na baixa do Porto, os incidentes recrudesciam.

Conselho da Revolução e Conselho de Ministros

REUNIRAM-SE ontem, em sessão conjunta, o Conselho da Revolução e o Conselho de Ministros.

Foi debatida a crise político-militar e designadamente, criticadas a posição do PCP perante o "Governo" e declarações de Otelo Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho.

Depois, o Conselho da Revolução reuniu isoladamente, falando-se em alguns círculos da eventual nomeação de um novo Chefe do Estado-Maior General das F.A.

Convidado, o EXPRESSO não pôde confirmar esta hipótese.

Comunicado conjunto PPD-Radicais de Esquerda

Francesa

EM VISITA a Paris, Francisco Pinto Balsemão encontrou-se com vários dirigentes políticos franceses, tendo designadamente tido conversações oficiais, na sua qualidade de Presidente da Comissão Internacional do PPD, com Robert Farber e Pierre Braquey, respectivamente Presidente e Secretário Nacional do Movimento dos Radicais de Esquerda, encarregado das relações superiores.

Sobre as conversações, que analisaram as situações internas dos respectivos países, foi emitido um comunicado conjunto, segundo o qual os dois partidos decidiram estreitar as relações, recebendo o PPD dentro de dias a visita oficial de Pierre Braquey.

Entretanto, em Lisboa, o PPD promoveu ontem à noite, um comício no Campo Pequeno, em que falaram Mota Pinto, Magalhães Mota, e Sá Carneiro. De manhã, o mesmo Partido tinha realizado uma conferência de imprensa, que abordou sobretudo os acontecimentos do Porto e a posição do PCP na vida política portuguesa.

Institucionalização dos SUV's

A INSTITUCIONALIZAÇÃO dos SUV's foi um dos temas discutidos no RALEs na reunião em que estiveram presentes os generais Otelo e Fábilio, onde igualmente foi focado por alguns militares que as Assembleias das Unidades (ADU's) deverão reflectir o número dos componentes da unidade independentemente de serem oficiais e soldados. A vingrar esta proposição, os soldados serão representados a nível de delegados em número muito superior ao dos oficiais.

Funeral de Alexandrino de Sousa



AO LADO da campo raze onde repousam os restos de Ribeiro Santos, foi hoje soterrado Alexandrino de Sousa, militante da organização estudantil do MRPP assassinado anteriormente por membros da ORPCEM-3, que o atiraram ao Tejo depois de o espancarem. No cemitério da Ajuda, Arnaldo Matos resumiria a "vida de luta e de vitória" do militante caído dizendo: "espancado pelos góchias-mareletistas, torturado pela PIDE, procurado pela nova PIDE, assassinado pela UDP. A luta foi dura mas nunca vergou".

O MRPP atencioso que levará por diante as comemorações do aniversário do assassinato de Ribeiro Santos, que amanhã culminarão com um comício no Campo Pequeno, às 16 horas.

JOPES, A. Martins
LEBER, G. L.

O ministro da Defesa da RFA ao EXPRESSO:

Será discutido em Bonn o futuro da base aérea de Beja

APÓS UMA visita oficial de três dias ao nosso país (sendo se destacou a convite do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, general Costa Gomes) regressou ontem a Bonn o ministro da Defesa da R.F.A., Georg Leber, que passou horas antes da partida ao encontro a conceder-se breve entrevista. Como quase sempre acontece em casos semelhantes, muita coisa ficou por perguntar, mas o sobrecarregado programa do nosso visitante não pôs limites.



EXPRESSO — Gostáramos de perguntar, em primeiro lugar, a que título (ou seja, como ministro ou como membro do SPD) e com que objectivos concretos veio a Portugal?

GEORG LEBER — Vim a convite de S. Ex.ª o sr. Presidente da República Portuguesa e, portanto, na minha qualidade de ministro federal da Defesa. A minha visita não tem, pois, carácter extraordinário. De modo algum, porque Portugal pertence à Aliança Atlântica e é por isso naturalmente encontrado em reuniões regularmente os ministros da Defesa, não só em reuniões ministeriais, mas a um nível bilateral, tratando-se visitas entre os titulares das pastas da Defesa em todos os nossos países. Além disso, deante de ditos dois meus tive o prazer de receber na Alemanha dois homens políticos de Portugal e, portanto, foi com o maior prazer que aceitei o convite que me foi proporcionado pelo Presidente da República Portuguesa, que me dirigiu na sua qualidade de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Por outro lado, admito francamente que, como toda a gente sabe, tenho uma certa posição dentro da gama de orientações políticas no meu país — e a minha posição é bem conhecida e difundida — e a estas condições, muito naturais que além de visitas oficiais, também me tenha encontrado com

homens políticos pertencentes a Partidos Políticos portugueses que compartilham com o meu próprio Partido.

Exp. — Exactamente essa última parte da resposta, leva-se a solicitar uma pequena observação quando se passou com quem falou e quais os temas fundamentalmente abordados nesse encontro?

G. L. — Encontrei-me com os secretários-gerais do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático. Nesses dois encontros discutimos assuntos com igual detalhe, ou seja, mencionámos as questões do mesmo modo em ambos os encontros. Discutimos todos os problemas que interessam a Portugal neste momento, na medida em que os mesmos problemas são também relevantes para o nosso país e ocupam os seus dirigentes políticos. Além, quero frisar ainda que a lista das questões discutidas era a mesma para estes dois homens políticos e para as conversas com os superiores dirigentes portugueses. Para mim, como aliás para qualquer alemão interessado, é extremamente importante possuirmos uma informação tão completa quanto possível sobre a

situação em Portugal, dada a relevância deste país para a totalidade da Aliança. E além, portanto, que durante as nossas conversas foram discutidas questões de ordem económica, que têm particular relevo para Portugal como para o nosso país, e questões da dimensão da orientação geral da política económica futura de Portugal. E, além disso, uma vasta gama de várias questões mais gerais. Além disso, para qualquer titular da pasta da Defesa é sempre muito importante e seu interesse pelas condições e situação dentro da própria tropa e fiscal extremamente satisfatório com a possibilidade que me foi proporcionada, não só de ouvir comentários sobre as Forças Armadas portuguesas mas até de visitar pessoalmente duas unidades e observar a sua actividade de todos os dias.

Exp. — O problema da base de Beja foi abordado?

G. L. — Effectivamente, o problema da base aérea de Beja já foi mencionado durante os meus (Continua na pág. 12)

NATO: a importância de Portugal

(Continuação da pág. 1)

encontros. Aliás, o secretário de Estado que me acompanha visitou ontem a minha base aérea de Beja, visitando hoje as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alentejo, e o resultado dos meus contactos com os homens políticos e dirigentes portugueses é que em Novembro encontrar-se-ão em Bonn duas delegações de peritos portugueses e alemães para tratar dos pormenores do conjunto dos problemas da base aérea de Beja. Troquei pessoalmente, desde já, algumas impressões e ideias com o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea portuguesa e a minha impressão, como resultado da destas trocas de ideias é que existem várias possibilidades susceptíveis de serem aplicadas à solução do problema da base aérea de Beja e a clareza que estas várias formulações conseguidas em todas as instâncias, tanto portuguesas como alemãs, e a nossa tarefa é encontrar aquela que optimizasse as possibilidades de uma maneira aceitável para ambas as partes. Em todo o caso, a Alemanha está interessada em encontrar, juntamente com os nossos amigos portugueses, uma solução que satisficasse os interesses legítimos portugueses. A nossa atitude, durante todas essas conversas, será a de um país que procura fazer todo para facilitar a situação de um país amigo.

EXP. — O sr. ministro poderia indicar, a título de exemplo, algumas dessas possibilidades encareadas?

G. L. — Não seria prudente enumerar todas as várias formas porque cada uma precisaria de ser comentada longa e pormenorizadamente e aliás, cada uma precisa ainda de um estudo, de uma análise, muito profunda. Mas de qualquer maneira, o que temos de procurar conjuntamente é dar à Força Aérea portuguesa a possibilidade de aproveitar as facilidades existentes em Beja, mantendo por outro lado a possibilidade de uma utilização pela própria Força Aérea alemã. Além disso, é evidente que não podemos esquecer a possibilidade de utilização até por companhias aéreas civis, como a Lufthansa, que também tem interesses em Beja, sem esquecermos, pelo nosso lado, o facto de ser necessário encerrar o problema não apenas sob o aspecto da utilidade para uma ou outra Força Aérea,

mas também sob o da criação do maior número possível de postos de trabalho para a pessoal português.

EXP. — Qual é a nossa posição em relação à presença de Portugal no conjunto da NATO?

G. L. — Portugal é um membro particularmente importante da comunidade de defesa ocidental — quer dizer, a NATO — sendo esta comunidade de defesa um grupo de nações que não a fazer um efectivo soldado para salvaguardar a maneira de viver do Ocidente, a maneira de viver liberal. Esta aliança não quer ameaçar ninguém, quer apenas proteger os seus membros contra qualquer ameaça que possa porventura vir de fora. Ora, desde o início da existência desta aliança, Portugal sempre tem sido um membro particularmente importante, porque ocupa uma posição geo-estratégica que é uma posição de facto, uma posição portanto que tem um relevo excepcional para a própria capacidade de defesa da Aliança. A minha própria experiência e todas as informações de que disponho dizem-me que, desde que Portugal tem colaborado no âmbito da Aliança, os militares e representantes políticos de Portugal nas várias organizações da Aliança sempre têm desempenhado um papel muito importante, muito repetido pelos outros membros e apenas desejamos que continue a ser assim no futuro.

EXP. — Com o processo de descolonização levado a cabo pelo Governo português, tem sido constatado que Imprensa Internacional que a NATO tem procurado — no espírito do alargamento da esfera da NATO para Sul do Trópico de Câncer — subsistirá e importantes que particularmente Angola poderia desempenhar como uma plataforma indirecta de NATO, para África do Sul. Tem sido dito também que a República Federal da Alemanha mantém secretas relações militares com o Governo de Pretória. Tem o sr. ministro alguma coisa a comentar ou esclarecer sobre estas afirmações de Imprensa Internacional?

G. L. — Essas informações são totalmente falsas e qualquer comentário que fosse aitem desta simples afirmação seria susceptível de ser mal interpretado. Só posso afirmar que entre a República Federal da Alemanha e o Governo de Pretória não há qualquer colaboração no domínio militar. O

nosso país é um país livre e qualquer cidadão seu, que seja civil ou que tenha uma função durante as suas horas de trabalho, é livre de viajar para qualquer país do mundo durante as suas férias. O facto de um oficial general alemão ter efectuado, recentemente, uma viagem particular à África do Sul em nada afecta a minha afirmação de que não existe colaboração militar entre o meu país e a África do Sul. Aliás, geograficamente os dois países encontram-se tão afastados um do outro que nem pode haver qualquer lógica comunidade de interesses. Portanto, qualquer informação contrária é apenas motivada por finalidades que — talvez — deviam ser claras e evidentes desde há qualquer tempo para qualquer tal afirmação.

EXP. — Outra hipótese frequentemente aventada também — esta relativa a planos em continental europeu — liga-se a eventual saída de Portugal da NATO, havendo várias observações que têm sugerido que a NATO encara a possibilidade de a Espanha vir a substituir Portugal no papel que até hoje desempenha. Gostáramos também de um comentário do sr. ministro...

G. L. — Em princípio, não gosto nada de discutir hipóteses apenas teóricas. Para mim, a minha esperança é que Portugal continuará a encaminhar-se rumo à democracia. Aliás, julgo que é do próprio interesse do país continuar a pertencer à Aliança Atlântica e, portanto, a sua saída da Aliança não faz parte das minhas previsões. Por outro lado, espero que um dia possa haver na Espanha uma evolução susceptível de criar as condições e as condições capazes de justificarem uma análise sobre a possibilidade de uma adesão da Espanha à Aliança Atlântica, que é uma comunidade de países que têm Constituições baseadas no princípio da liberdade. Para que não haja qualquer mal-entendido, eu quero acabar por dizer que não tenho naturalmente o direito de falar em nome da Aliança, ao responder às suas perguntas. Respondo apenas como representante de um dos membros desta Aliança. Mas estou consciente do facto de que muitos dos outros membros têm exactamente a mesma opinião sobre este problema.

FARVALHO, Augusto de
CRESPO, Vitor

Vitor Crespo ao EXPRESSO:

O espírito do Alvor enformará a independência de Angola

O MINISTRO da Coordenação, Vitor Crespo, esteve a semana passada em Maputo para se reunir com o governador, sobre a situação da descolonização, sendo Angola o problema mais candente e que reflecte a politica interna portuguesa. Por isso nos parecemos importantes, nesta altura, ouvir o politico e o ministro que é Vitor Crespo.

EXPRESSO — Deixáscos dentro de um nível militar despertaram, recentemente, as atenções do público a PM recusa-se a embarcar para Angola, sob o slogan "sem mais um soldado para Angola" e o Regimento de Caçadores Paraquedistas, correspondendo a um pedido dos respectivos superiores, se aferecem duas companhias (oficiais, sargentos e praças) para o desdobramento da missão recusada pela PM.

Deus attitudes que significam duas concepções de descolonização para além dos aspectos que se relacionam directamente com a organização militar.

Pode o ministro Vitor Crespo comentar estas duas attitudes?

Vitor Crespo — Não penso que seja possível organizar-se um Estado em que as mais graves e complexas decisões que respeitam ao todo nacional e que o podem afectar durante gerações sejam tomadas nas bases restritas dos soldados de um quartel. A complexidade da informação sobre a descolonização em Angola e a preparação necessária para sobre ela decidir pela forma mais conveniente aos interesses nacionais e a coerência da politica estabelecida não poderão necessariamente ser acessíveis aos soldados que num quartel tomam tais decisões. Tal não significa que os soldados não devam ser esclarecidos sobre as razões que levaram à tomada das decisões em que participam e que não colaborem mesmo nas decisões do escalão executivo em que estão inseridos. Acaso mesmo que em alguns casos haja objecções de consciência devidamente justificadas que mereçam ser atendidas,

por isso que, nos dois casos que citou, eu não reconheço uma tomada de posição consciente relativamente a duas concepções de descolonização. Reconheço que sim, que num caso se consideraram como válidas e se respeitaram as decisões dos órgãos superiores do Estado donde emanaram as instruções e no outro se contactou de forma indirecta a legitimidade desses órgãos. Penso, porém, que tais formas de luta indirecta se podem ser consideradas acidentais entre forças politicas, o não são em geral a nível de aparelho militar pela desagregação que representam para o poder do Estado.

O militar em certas ocasiões poderá contestar a legitimidade dos regimes politicos, mas então devem ter a coragem e a coerência de acção necessaria para contestar directamente o poder e o mudar se decidirem que grandes razões de âmbito nacional o justificam. Na pratica, mas provavelmente sem consciência disso, as attitudes dos soldados dos quartéis que referis correspondem a duas concepções diametralmente opostas da forma de descolonizar.

Num dos casos descolonizar como sinónimo de abandonar, deixar à sua sorte, permitir que num periodo de mudanças (o profundo e naturalmente convulso como é o da passagem do sistema colonial ao do futuro Estado independente se instale a desordem e o caos social, assistir passivamente à desagregação de todos os órgãos do Estado, retirar o apoio técnico e administrativo de que carecem as estruturas económicas sem levar em conta os interesses dos povos que ascendem à independência e ser por isso responsável pela paralisação de toda a vida económica e social.

Abandonar significa ainda permitir que interesses estrangeiros do país sejam, nessa altura de natural debilidade, veiculados por forças externas e confundidos internamente por forma a tomar o país logo de interesses imperialistas.

No outro caso descolonizar significa apoiar e assumir as responsabilidades históricas que o passivo colonial

significa. Significa apertar as estruturas do Estado até que se novas estruturas nascentes se substituam, significa cooperar na sustentação da ordem social, apoiar tecnicamente todos os sectores que o sejam. Não permitir que se criem condições para a instalação de quaisquer influencias externas ou mesmo combatê-las frontalmente se tal não for conseguido. Isto sem interferir na politica do novo Estado cuja definição se a própria acção deve conduzir, num espirito de cooperação e entendimento que fortaleçam os laços de amizade entre os povos que um sistema colonial conseguiu aniquilar.

EXPRESSO — Faltava, hoje e que houve, retroceder à de Angola a partir de 11 de Novembro? Por outras palavras, a data da independência de Angola não está alterada?

Vitor Crespo — Como repetidamente tem sido afirmado, Portugal considera o Acordo do Alvor como o instrumento politico que regula a descolonização de Angola e tem procurado respeitá-lo em todos os pontos. Sendo o 11 de Novembro a data estabelecida no Acordo para a independência de Angola, Portugal dentro da linha de respeito pelo Acordo, terá de outorgar a independência naquela data.

Esforços a nível Internacional

EXPRESSO — Os três orientamentos da libertação constituem um guerra cada vez mais aberta, levando já praticamente à independência e a libertação. Como pode realizar-se uma transição de poder para os quadros? Vitor Crespo — De acordo com o expressamente reconhecido nas resoluções de Nakuru a situação em Angola é intrinsecamente de não estabelecimento dos três movimentos de libertação que assinaram o Acordo do Alvor. Portugal tem procurado respeitar scrupulosamente o estabelecido tanto na letra como no espirito do Acordo do Alvor e tem feito todos os esforços para, tanto no plano interno de Angola como no plano intranacional, conseguir o enten-



dimento que garanta o equilíbrio social e político e o progresso para o povo de Angola.

Decretaram ainda internas esforços no plano internacional no sentido de se conseguir o entendimento que permita a transferência da soberania em completo respeito pelo espírito do Acordo do Alvor. Foi dentro deste mesmo espírito que se realizou a Conferência de Kampala promovida pela OUA e assim também a delegação que, dentro de dias, aquela Organização resolveu enviar a Angola.

EXPRESSO — Pode dizer-se que os Acordos de Alvor ainda encontram substância que permita um mínimo de aplicabilidade?

Vítez Craveiro — Como já lihas referi anteriormente, Portugal considera em vigor o Acordo do Alvor tanto mais que a Conferência de Nakuru veio potenciar os seus efeitos e deixar claramente expressos que ele representa um instrumento político insubstituível para a transferência da soberania de Portugal para os legítimos representantes do povo de Angola. Esta posição, além, mercês a competência da OUA a que lhe confere o reconhecimento internacional da maior importância.

Sendo assim, julgo que nem se pode falar no mínimo de aplicabilidade mas sim em pensar-se que tem que ser com base no espírito de Alvor que tem que ser entendida a independência de Angola.

Paralelismo China-Portugal?

EXPRESSO — Pode a política chinesa de não ingerência nos negócios internos dos outros povos no caso de Angola exercer algum relevo para a FNLA comprometer, de algum modo, as bases de orientação da política portuguesa para Angola?

Vítez Craveiro — A política portuguesa de descolonização por mim sempre defendida baseava-se no princípio de que a independência se deveria verificar sem ingerências de Portugal nas decisões políticas que apenas aos novos Estados caberiam. Portugal deveria, porém, transferir o poder para as organizações políticas realmente representativas do povo do novo país e que garantissem a necessária estabilidade política e social aos novos Estados.

Procuraríamos ainda apoiá-los em todos os domínios de que carecessem, por forma a permitir que esses povos ascendessem a uma real independência nacional, livre, portanto, de ingerências imperialistas.

Penso também que, além disso, o novo Portugal não poderá permitir — e isso significa um real e fraterno apoio aos povos dos novos estados — que neles se instalassem sistemas reacçãoários de opressão, assumindo assim plenamente as responsabilidades que nos cabem dum ponto de vista internacional.

Não penso, contrariamente ao que afirma, que neste momento a China de particular relevo ao apoio ao FNLA. As informações que tenho levam-me a concluir que a política chinesa pretende uma real independência de Angola, sem ingerências nos assuntos internos daquele país, e que pretendem, também, o progresso do povo angolano, que significa em larga medida o progresso da África Austral.

Nesta medida penso que a posição portuguesa relativamente a Angola não se afastará muito da política chinesa, ressalvadas emboas as responsabilidades que cabem a cada um dos países.

EXPRESSO — Têm-se percebido razões sobre os motivos que levam Moçambique a não haver nomeado ainda embaixador em Portugal. A que se deve tal facto?

Vítez Craveiro — Deve pensar-se que Moçambique ascende à independência apenas há pouco mais de três meses e que as pesadas tarefas de organização interna do Estado devem ter sido consideradas prioritárias. Esse sentimento de mobilização nacional terá certamente sido responsável pelo máximo empenhamento de todos os quadros nas tarefas internas. A minha última viagem a Moçambique deu-me a certeza de que se mantêm intactos os laços de fraterna relação que se estabeleceram entre o novo Portugal e o novo Moçambique e que não deve tirar-se nenhum sentido político da falta de nomeação do embaixador de Moçambique em Portugal.

Quem o fizer entrará no jogo das arbitrárias especulações políticas. **Em Angola não houve política militar partidária**

EXPRESSO — Tem-se criticado, segundo as opções de facções, a política militar em Angola. Uma somma-se de pensar para o FNLA, outros para a FNLA e ainda outros para a UNITA, que até dizem em grande parte criação dos portugueses, não apenas quanto ao ser mas também quanto

(Continua na pág. 12)

Victor Crespo: não aos sistemas reaccionários

3

(Continuação da pág. 11)

as acções pelo tempo em fora. Existiram, na realidade, essas acções e como se acausou?

A serem verdadeiras, em que tipo de processo de descolonização se enquadram?

Victor Crespo — Eu não creio que em Angola se tenha seguido uma política militar partidária. O que penso é que em Angola não houve uma política militar que servisse devidamente uma verdadeira política de descolonização. Em Angola verificou-se uma desagregação militar que muito prejudicou o seu processo de descolonização e a sua verdadeira independência. Ao analisar a situação militar em Angola encontramos pontos comuns com a situação militar em Portugal que não sei até que ponto terá havido repercussões duma sobre a outra.

Em Angola, em certa época, não foi conseguido um espírito de unidade, disciplina e coesão de acção militar que apoiasse a política de neutralidade activa que tinha sido inequivocamente definida pelo Conselho da Revolução.

Assim, de facto, podia cair-se na tentação de ver na política militar de Angola certo cariz partidário o que, como lhe referi, não traduz nenhuma realidade superior, mas é a natural resultante das circunstâncias que lhe apontei.

Com o embaixador da República Chinesa

EXPRESSO — Conseguimos saber que o ministro Victor Crespo, durante a sua recente estada em Moçambique, se encontrou, de modo especial, com o embaixador da República Popular da China. Pode revelar-nos o teor das conversações?

Victor Crespo — Dado que esse encontro se proporcionou, tive naturalmente ocasião de trocar impressões sobre a conjuntura internacional com o embaixador da China em Moçambique. Este encontro foi uma consequência natural da acção que o novo Portugal vai tendo no Mundo de hoje por um lado, e por outro da importância que a China desempenha na definição de uma política para o Terceiro Mundo.

EXPRESSO — Porque motivo é que Portugal ainda não mantenha relações diplomáticas com a China?

Victor Crespo — Tal resposta poderá naturalmente obtê-la com maior precisão junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros a quem a questão diz essencialmente respeito. No entanto, deixo-me referir-lhe que não deverá entender-se que a não existência de relações com a China significa obrigatoriamente a não renovação dos tradicionais laços de amizade entre os nossos povos.

EXPRESSO — Como encara a China a nova política portuguesa?

Victor Crespo — Naturalmente que a política portuguesa de não alinhamento, de aproximação aos países do Terceiro Mundo e de não alinhamento nos assuntos internos dos outros Estados anda muito a par com a maneira como a China encara a sua presença na senda internacional. Talvez que daí possam vir a resultar coincidências de pontos de vista sobre o futuro do ordenamento internacional o que, naturalmente, estreitará as relações entre os nossos povos.

Portugal mediador entre países novos e velhos

EXPRESSO — O ministro Victor Crespo tem mantido contactos não apenas agora mas também quando alto-comissário, em Moçambique, com diversos países africanos, nomeadamente, da Tanzânia, Zâmbia, Congo-Brazzaville, etc. Porque motivo, a partir de dentro, a política desses países, poderá constituir a afirmação segundo a qual se deslinem um movimento político africano que englobe Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Congo-Brazzaville, passando pela Argélia? A ser verdade, como é visto a participação de Portugal em tal projecto, dados os seus interesses pelo Terceiro Mundo?

Victor Crespo — Para mim o fenómeno político mais relevante da nossa época é a luta que se trava entre os países subdesenvolvidos do Mundo e os países superdesenvolvidos no sentido de se obter maior justiça social na terra. A luta pelo progresso travada pelos países que referiu inserem-se no contexto dessa luta global.

Situando-se Portugal numa posição intermédia entre estes dois grupos de países, não poderá ficar alheio a esse confronto.

Como se lembra, tenho várias vezes já afirmado a vocação de Portugal, liberta do seu ónus colonial, como mediador por excelência para este confronto que tem que ser diálogo entre os países novos e velhos do Mundo.

Creio vivamente que existe um mal entendimento político entre estes países progressistas de África e que da sua vontade de progresso poderá resultar qualquer forma de associação o que, em muito, contribuirá para o progresso e libertação de toda a África austral. O Portugal progressista com profundos traços do Terceiro Mundo não poderia nesta medida ficar indiferente a tão importante fenómeno da política de África e engembar-se-á em ser reconhecido como um dos parceiros nessa caminhada para o futuro da libertação dos povos na sua marcha para a verdadeira e real independência nacional.

O que me alegro, essencialmente, é verificar que esses países reconhecem a Portugal o direito de ser um dos seus companheiros de luta. Será essa a recompensa mais

grata da sinceridade da nossa descolonização.

Contactos externos por causa de Angola

EXPRESSO — Não foi já Portugal obrigado por causa de Angola a falar com outros países, não enquanto possíveis mediatórios na contenda, mas enquanto directamente interessados no jogo que se joga naquelas paragens? Estes a pensar nos Estados Unidos (já não penso no Zaire) e na União Soviética.

Victor Crespo — Portugal tem feito ultimamente todas as diligências para conseguir uma real independência de Angola tendo a certeza de que essa independência é não só benéfica para Angola, para o futuro das relações entre Portugal e Angola e para o equilíbrio político da África Austral, é também extremamente, temos constatado todos os países que estão directamente interessados na área geográfica de Angola como todos aqueles que possam contribuir, ainda que indirectamente, para a realização desse objectivo de que não queremos abdicar quaisquer que sejam as suas dificuldades.

Continuamos vivamente a pensar que no interesse dos dois povos, a separação se deve verificar numa base de total independência, respeito mútuo e amizade e cooperação livremente acida.

EXPRESSO — Como caracteriza a situação em Timor?

Victor Crespo — A situação interna de Timor é extremamente complexa. As forças políticas do território continuam a não recomendar e a vontade de Portugal, envolverem-se em lutas fratricidas dificultando assim a criação das condições que sempre consideramos essenciais para a aplicação dos nossos princípios de descolonização, cuja importância e significado têm sido plenamente demonstrados nos países que já alcançaram a independência. Essas condições, em caso de repetição, são a existência de uma estabilidade política e política que permita a transferência da soberania aos povos e aos seus representantes dos seus povos.

Como foi recentemente noticiado, Portugal está aberto ao diálogo com as forças políticas de Timor e empenhado em fazer esforços para conseguir uma plataforma política de entendimento entre elas que permita o seu acesso a uma verdadeira independência no pressuposto pelo respeito e pela vontade de soberania do seu povo.

No caso especial de Timor existem forças políticas que entendem que a liquidação da sua situação colonial pela não passar obrigatoriamente pelo conceito tradicional da sua independência. Portugal porém não interterá em decisões que cabem apenas ao povo de Timor tomar. Só assim Portugal cumprirá para com o Mundo as responsabilidades históricas que voluntariamente assumiu com a Revolução de 25 de Abril.

Meios aéreos na guerra de Angola

FNLA bombardeia emissora oficial em Luanda

PELA PRIMEIRA vez na história da guerra que opõe os três movimentos de libertação em Angola, Luanda foi bombardeada com meios aéreos. O incidente verificou-se, ontem, cerca das 7 horas da manhã, quando um avião ligeiro da FNLA lançou explosivos sobre a Emissora oficial de Angola que, segundo fontes de Kinshasa, conseguiu silenciar, sendo substituída pela Emissora Católica.

A FNLA está a desenvolver uma campanha intensa para conquista de posições, a um nível da independência, a fim de poder garantir para si a posição principal que lhe permita enfraquecer o MPLA, por enquanto em posição dominante, já que com a UNITA mantém relações mais ou menos pacíficas. Zairembi ainda continua cativo em Kinshasa, tendo sido recebido, segundo noticiou a Agência Anap pelo Presidente Mobutu.

Portugal vê assim, cada vez mais comprometidos os seus esforços, no sentido de conseguir que os beligerantes cheguem a uma plataforma mínima de acordo que permita a transferência dos poderes para os três movimentos reconhecidos em Alvor como legítimos representantes do povo angolano.

Fontes próximas de Holden Roberto garantiram-nos que o presidente da FNLA está determinado a chegar a Luanda na situação de fazer antes do dia 11, ao mesmo tempo que nos informaram que a localidade de Quibaxe, centro militar importante do

MPLA, situado a Norte do distrito de Quanza Norte caiu, ontem, nas mãos dos soldados da FNLA, depois de um combate que durou apenas algumas horas. Segundo as mesmas fontes, o objectivo actual da ELNA (Forças Armadas da FNLA) é o de ocupar Dalatando (antiga Salazar), capital do distrito de Kuazana Norte, que se supõe, em Kinshasa de fácil conquista. No entanto, a empresa não será assim tão fácil, dado que o MPLA pode-se-lhe opor com forte armamento como rockets de 122 mm, mísseis e carros de combate.

Por sua vez o MPLA avança na direcção de Carmona, certamente com a intenção de tomar a base aérea do Negage que não dista muito daquela cidade. Nesta base está a FNLA a concentrar poderoso armamento, servindo-se de aviões que o transportam a partir de Kinshasa.

Se o MPLA conseguir levar a bom termo esta operação dará um rude golpe para já nas aspirações da FNLA.

IMPERIALISMO EM ANGOLA

Entretanto, os EUA entraram abertamente na contenda angolana (aliás sempre nela estiveram envolvidos), sendo eles que, segundo fontes absolutamente dignas de crédito, controlam e dinamizam as infraestruturas das forças armadas da FNLA, o que fazem a partir de Kinshasa. As ELNA são agora comandadas, a nível de Estado Maior, pelo tenente coronel Santos

e Castro. Santos e Castro é membro do Directório do MDLP e é personalidade com estreitas ligações ao ex-general Spínola. Para cima de mil homens bem treinados (entre soldados e oficiais portugueses) enquadram as Forças armadas da FNLA.

Ainda segundo as nossas fontes, Santos e Castro insiste com Holden Roberto para fazer a guerra com mais violência, já que, segundo as suas próprias expressões, ele não se compadece com humanismos.

De Kinshasa estão a partir para o Negage, diariamente, aviões C130 com autometradoras a bordo, sendo os pilotos na sua maior parte portugueses (mercenários) com um vencimento mensal de 2.000 dólares, pagos com dinheiro americano.

Kissinger já fez saber, por mais de uma vez, a autoridades portuguesas e não só, que os EUA não estão dispostos a permitir naquela zona do Atlântico, que consideram área da sua influência, uma cunha soviética que, na opinião deles, seria veiculada pelo MPLA. Não longe das intuições dos EUA, antes constituindo uma modalidade diferente da mesma política, pode mencionar-se a actuação mais discreta da França e da Alemanha com os seus parceiros europeus, para quem a UNITA é braço preferencial, pela a UNITA como a FNLA não se opõem aos interesses imediatos das multinacionais, para quem Angola é terreno mais que apertado.

Os EUA, depois de haverem apoiado a FNLA, sobretudo através de auxílios fornecidos ao Zaire, condicionados a quele objectivo, passaram, como acima ficou escrito, a ajudar directamente a FNLA.

A UNITA, por sua vez, é mais potenciada pela Alemanha e França através da placa giratória de um dos braços do imperialismo americano, o Gabão, onde a ELF já instalada em Cabinda, tem posição de primeiro plano.

Por sua vez, a FNLA denuncia, antecorrem, em comunicado emitido do Ambriz, o MPLA, bem como aquelas nações que, segundo a sua opinião, estão a encorajar o Movimento de Agostinho Neto, "instrumento ao serviço da penetração soviética em Angola".

Segundo um observador correspondente que o EXPRESSO teve em Kimpala a assistir aos trabalhos da Comissão de Reconciliação para Angola, que decorreram no seio da organização da Unidade Africana, os caminhos para um acordo preliminar, antes da independência, com os três movimentos, afiguram-se gorados. No discurso de abertura oficial, o Presidente da OUA, Amin Dada, atacou a FNLA e a UNITA e referiu-se a Daniel Chipenda, como ex-MPLA lutando no Sudeste de Angola "com apoio de mercenários sul-africanos". Da UNITA disse Amin Dada que ainda recentemente havia pedido ao governo português para que não concedesse a independência a 11 de Novembro.

Nesta conferência começou a notar-se um alinhamento em torno das posições políticas fundamentais defendidas por cada um dos Movimentos de Libertação, tendo a Argélia desempenhado um papel relevante de apoio ao MPLA.

No capítulo dos alinhamentos internacionais em torno do problema angolano, também a China já, por mais de uma vez, fez sentir a sua opinião. Imprensa da República Popular da China afirma que Pequim sempre tratou em pé de igualdade e com a mesma atitude amigável os três movimentos angolanos, "nascidos na luta armada contra a dominação colonial portuguesa aos quais concedeu a assistência que lhe era possível". Referindo-se a Moscovo, afirma um articulista chinês que a URSS introduziu em Angola importante armamento para provocar a guerra civil e sticar o fogo. "Depois da assinatura dos acordos sobre a independência, copistas o articulista, nunca mais deixaram de mandar aviões e navios carregados de armas, mísseis e blindados,

(Continua na pág. 12)

Imperialismos jogam em Angola

(Continuação da pág. 1)

re quais nunca o povo angolano pôde obter da Rússia no decorrer da luta contra a dominação colonial".

Entretanto, as nossas fontes afirmam que as autometralhadoras que estão a ser desembarcadas no Negage à média de duas por dia, são de fabrico chinês. Por outro lado sabemos que o grupo de presidentes africanos fez saber ao governo de Mao-Tse-Tung que viam com maus olhos os auxílios concedidos ao Movimento, agente do imperialismo americano em Angola. A China, por sua vez, reafirma a posição de não interferência nos assuntos internos, criticando duramente a União Soviética, já que como diz o comentador a que nos estamos a referir, a ingerência

nos assuntos internos daquele país, é feita com a finalidade de adquirir a hegemonia sobre o continente e a em especial sobre Angola, rica em recursos naturais e ponto de grande importância estratégica.

Angola está, como os factos o demonstram, a tornar-se presa dos interesses do imperialismo, sendo difícil ao povo determinar-se por si próprio.

A posição de Portugal no conflito angolano foi-nos definida pelo ministro Vitor Crespo em entrevista que hoje concede ao EX-PRESSO e igualmente traçada pelo major Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros, no discurso que pronunciou na ONU, onde expôs as linhas gerais da política externa do VI Governo Provisório: "respeito pelos acordos do Alvor"; que "a emancipação dos povos é obra dos próprios povos e,

consequentemente, ninguém se poderá substituir aos angolanos na escolha do seu destino"; que "reconhecemos como interlocutores válidos os três movimentos de libertação, reconhecidos igualmente a nível internacional: a FNLA, o MPLA e a UNITA"; que "tudo empenhamos para que por via política se conseguisse um acordo entre estas três forças no superior interesse do povo angolano".

Melo Antunes referiu-se "ao contributo decisivo que constituiria a realização imediata de uma conferência entre os três movimentos e Portugal, com a eventual participação na qualidade de mediadores, de outros estados africanos, escolhidos pelos movimentos, em que fossem estudadas modalidades concretas para esta transferência de poderes".

Semana Nacional

Continuam tensas as relações Portugal-Espanha

EMBORA TENHA já regressado a Madrid o Embaixador português em Espanha e corram rumores de que alguns funcionários espanhóis tenham recebido instruções para regressarem a Lisboa e preparem a reinstalação da sua Embaixada, as relações entre os dois países continuam tensas.

De facto, para além das dificuldades em algumas fronteiras, o Ministério do Comércio Espanhol recomendou à Câmara de Comércio, Indústria e Navegação de Vigo a suspensão «one day» do encontro entre as Câmaras do Comércio Espanholas e Portuguesas, previsto nesta cidade para antes do fim do ano. Também a Delegación Nacional de Educación Física y Deportes deu instruções para que nenhum clube espanhol defrostasse, de momento, qualquer equipa portuguesa.

Por outro lado, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros afirmou a um semanário ser difícil retomar a cordialidade nas relações Portugal-Espanha.

De qualquer maneira, observadores políticos apontam como pouco provável uma evolução negativa das relações entre os dois Estados (com corte de energia, dificuldades no tráfego aéreo ou marítimo, etc.).

Entretanto, círculos diplomáticos admitem como muito possível que o actual Embaixador espanhol seja substituído por um oficial-general.

Rosa Coutinho no Plenário da C.U.F.

«UM INDIVÍDUO só se pode classificar como revolucionário quando, estando a fazer a revolução com o povo (não é para o povo, que eu já não vou em histórias dessas) não tem medo de, acidentalmente, ou mesmo durante muito tempo, se ver acompanhado por minorias», afirmou o almirante Rosa Coutinho durante um plenário de trabalhadores, convocado pela Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do grupo CUF. E proseguiu o almirante: «pois se são essas as minorias revolucionárias, é com essas que ele (revolucionário) tem de estar. Porque ser-se revolucionário com as minorias é um contra-senso. Revolucionários dessas não são precisos», acrescentou Rosa Coutinho, depois de muito aplaudido.

A terminar o seu improviso aconselhou os presentes «a desconfiarem sempre das atitudes paternalistas e lembrou-lhes que Mussolini e Hitler, quando subiram ao poder também eram socialistas!»

Durante o seu discurso Rosa Coutinho analisou ainda a actual situação política e afirmou que a reunião de Tancos efectuada em Setembro tinha sido um mini-golpe de Estado.

Deficientes continuam a luta

OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS proseguem a sua luta e efectuaram na passada quinta-feira uma conferência de imprensa na qual convidaram o C. R. e o Governo para uma mesa redonda a realizar brevemente.

Durante esta conferência de imprensa foi distribuído um comunicado, aprovado em plenário por aclamação em que os deficientes, depois de analisarem a nota oficiosa do MCS, afirmaram que a mesma se encontrava inserida no espírito e na letra de Salazar e Caetano.

No comunicado distribuído pelo Governo estão expostos os motivos, porque não aceitou o projecto de decreto-lei dos deficientes, tal como está elaborado, destacando-se entre outros a impossibilidade económica de cobrir pensões relativas a 30 mil deficientes. O mesmo comunicado teve em seguida considerações sobre o carácter da luta dos deficientes, considerando ter a mesma sido manipulada partidariamente.

Tomando posição sobre a resposta do Governo, a direcção da Associação entende, acerca da pensão que deverá receber cada deficiente (perto de 12 contos e quinhentos) que ela é insuficiente, na medida em que os deficientes totalmente incapazes têm de pagar a uma enfermeira permanente.

Esta direcção rejeitou ainda, na conferência de imprensa, as mensagens que têm sido lidas em algumas unidades militares, nas quais transparece a ideia que não eram os deficientes que se encontravam em S. Bento, quando os comandos intervieram. Tais mensagens são, segundo os deficientes, destituídas de fundamento.

Estritamente estes continuam a ocupar a Emissora e a intervir nos diversos noticiários.

Inquérito ao IPC

ACABA DE SER DIVULGADA a constituição da comissão de inquérito nomeada para investigar as actividades do IPC (Instituto Português de Cinema). Constituem-na: Presidente: O juiz desembargador António Martinez Valadas Preto e vogais: o juiz Avelino Correia da Costa, o Dr. António Júlio Pina Ribeiro Gomes, a Dr.ª Maria Dilete dos Santos Angélio, Maria Clara Lopes Aguiar Dias, José Lira, Graciano Barreto Ventura e Adão Rodrigues Pinto.

Vem esta nomeação dar satisfação a um dos pontos reivindicativos pelo grupo de trabalhadores de cinema ligados às três cooperativas que agora se constituíram em Associação, a ACOBAC, que, ao contestar a distribuição de financiamentos atribuídos pelo grupo nomeado pelo ex-Director Geral, pediu este inquérito assim como a demissão de Pinto Leite e do Secretário Geral do IPC. Ao mesmo tempo, divulgava o Sindicato da Actividade Cinematográfica um comunicado em que denunciava várias irregularidades que espere venham a ser provadas pelo inquérito agora aberto.

«Só o povo julga o povo»

DOIS conceitos de justiça (a da Burguesia e a Popular) confrontaram-se na pretérita terça-feira no Palácio da Justiça, em Lisboa.

No cerne da questão esteve a tentativa de julgamento de Maria Mariana Macedo, acusada por Maria Helena Esteves Araújo, da ocupação de uma moradia pertencente a esta, sita na Av. Almirante Reis.

A hora marcada para o julgamento dezenas de pessoas ligadas ao Secretariado das Comissões Revolucionárias Autónomas de Moradores (SCRAM) opuseram-se ao julgamento tendo um dos manifestantes conseguido arrebatá-las das mãos do advogado da acusada o respectivo processo. Mais tarde este viria a ser recuperado, tendo o incidente merecido ásperas reprovações da Procuradoria-Geral da República, enquanto o secretário de Estado da Justiça divulgava uma nota que diz a terminar: «As investigações para determinação e punição dos criminosos estão em curso».

Por seu turno o SCRAM afirmava que o «processo não fora roubado. Apenas havia sido transferido de uma secção do Tribunal Burguês para uma secção do Tribunal Popular — pois só o povo julga o povo».

Juri regressa a tribunais

NA SEQUÊNCIA de uma longa reunião do plenário do Conselho de Ministros divulgou-se um extenso comunicado de inegável importância sendo de salientar, nomeadamente, a aprovação de um diploma que introduz profundas modificações ao Código do Processo Penal em vigor.

A condenação do réu em indemnização civil, mesmo quando abolido da acusação-crime; a dispensabilidade da instrução, quer preparatória quer contraditória; nos processos por crime a julgar em processo correcional; e o regresso à instrução do júri, ausente da Legislação Portuguesa desde 1927, são alguns dos pontos básicos do documento.

SOUSA, *Marcelo Rebelo de*

Quanto tempo pode durar um Governo sem força para governar?

Marcelo Rebelo de Sousa

A EVOLUÇÃO política portuguesa a suscitar crescente atenção e análise dos mais diversos sectores da opinião pública não só interna como externa. Assim, é com um misto de curiosidade e de expectativa que, nas últimas semanas, a vida política deste Governo Provisório tem sido acompanhada pelos sectores governamentais ou de oposição, e pelos meios de comunicação social de variados países estrangeiros. De alguma maneira, o processo político em curso em Portugal é considerado, pelas suas especificidades, como uma experiência elucidativa do comportamento das classes sociais, das forças partidárias e das estruturas militares. Sem dúvida a experiência mais interessante na Europa há vinte anos a esta parte. E o 6.º Governo é agora o polo de muitos observadores. Mas, são os portugueses, no fundo os mais directamente empenhados na nossa situação, que se põem mais seriamente a questão da viabilidade do 6.º Governo Provisório.

NO NOSSO artigo de há duas semanas previmos que um prazo de quinze dias poderia ser suficiente para se tentar a viabilidade do 6.º Governo Provisório. Não tanto a viabilidade entendida como a possibilidade de uma determinada equipa permanecer em funções governativas, mas sobretudo o espaço de manobras que essa mesma equipa poderia criar se pretendiam, sob a ótica de ser Governo Provisório, efectivamente governar.

Passados 15 dias cremos que o teste se encontra já feito. Isto é, é já possível dizer que o resultado do confronto entre o VI Governo Provisório e as forças políticas, sociais e militares que o constituem, designadamente apelidando-o de "governo dividido" e de "partida aberta para a reacção", se traduz na manifestação inequívoca de VI Governo Provisório em afirmar-se dotado de uma autoridade suficiente que lhe permite no presente governar o país.

Quer isto dizer que o Governo presidido pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, encara a sua viabilidade como elemento motor de uma

estabilização política, económica e social, não tem condições actuais para governar.

A pérfida composição do VI Governo Provisório não veio a completar-se. Efectivamente, depois da nomeação dos ministros e de uma primeira leva de secretários de estado, não chegou depois a ser empossado o resto dos secretários de estado escolhidos, talvez, por terem levado algum tempo a criar os lugares previstos, e por não se ter chegado a acordo imediato quanto à sua distribuição.

Se quisermos ir mais longe e averiguar do porquê profundo da inviabilidade presente deste VI Governo Provisório, teremos que analisar, forçosamente, duas questões essenciais. A primeira é a da inexistência de um poder militar suficientemente clarificado posto ao serviço do VI Governo Provisório. A segunda, mais geral, mas também ligada ao interior, é a da posição das forças políticas sociais e militares que têm fortemente contestado o VI Governo, com particular realce para o Partido Comunista Português.

O teste do RASP

De todos os eventos militares acontecidos talvez o de maiores repercussões políticas presentes e futuras seja o da ocupação do RASP. A uma primeira vista, as consequências possíveis dessa ocupação são duas:

a) a de ela constituir um precedente significativo relativamente a outras unidades no centro e no sul do país;

b) o facto de pôr em causa o comando da RMN, que tem sido um dos sectores militares fundamentais ao apoio do VI Governo Provisório.

Além do facto de ocupação (com

todos os corolários que se vierem a verificar) se ter dado numa unidade da RMN não nos parece ter sido um mero acaso. Por outro lado, recorda-se que, ainda não há muitos meses aquela região militar foi comandada pelo Brigadeiro Covacha. E então alguns observadores atentos a sinais, múltiplos de uma orientação ideológica afirmadamente que hoje se concretiza no incidente do RASP. Por outro lado, ao por-se em cheque, uma vez mais, o Brigadeiro Pires Veloso, vai-se directamente afectar um dos eixos teoricamente essenciais do suporte militar do VI Governo Provisório, criando-se condições — a singular a experiência do RASP — para que factos análogos se verifiquem depois na RMC e na RMS.

Accesos a isto que o PCP e a esquerda revolucionária, bastando, limitados na sua actividade civil na Região Norte do país, se apoiarem

de forma expansa, a posição dos militares do RASP, poderão estar a pensar na eventualidade de conseguirem através da via militar uma penetração que se afirmou já extremamente difícil através dos meios políticos civis.

E o que agora sucede na RMN — segundo comentadores atentos — poderia logicamente vir a suceder também em breve na RMC, se se consolidassem o ensaio-piloto do CICAP-RASP.

O destino deste ensaio-piloto deve constituir agora preocupação prioritária do Conselho da Revolução e do Governo. Ambos os órgãos não ignoram o alcance político do teste e talvez daí derive a confirmação pelo general Carlos Fátima da posição do Comando da RMN quanto ao CICAP, bem como a urgência da formação do AMI. Este, que segundo observa-

dores, deverá encontrar-se operacional dentro de duas semanas e virá reunir, além de elementos ao activo de várias unidades, ex-militares licenciados, com um objectivo essencial de homogeneidade encontra-se na mira dos ataques do PCP e da esquerda revolucionária ainda antes de revelar a sua linha de acção.

Mas, se o AMI é uma incógnita em princípio favorável ao 6.º Governo Provisório, o que é certo o teste-RASP põe em causa realidades que em muito o ultrapassarão, como a justa posição que têm impedido qualquer clarificação a nível de poder militar. E uma das consequências possíveis da não clarificação é a disseminação de sinais de afrontamentos de base, como o do RASP, ou de choques de cúpula, porventura mais discretos.

Poder militar por clarificar

Como já tivemos oportunidade de aqui escrever, o equilíbrio de forças a nível de poder político passa hoje necessariamente em Portugal, pelo equilíbrio de forças a nível de poder militar. Enquanto se verifica uma correlação de forças no plano militar que põe em causa a exequibilidade das decisões do próprio gabinete ministerial, naturalmente que este pode desenvolver uma actividade de tipo "litérico", mas carece de meios para garantir o efectivo acatamento nas suas decisões. E é assim que se encontrará, num balanço sumário, da actividade possível do VI Governo Provisório até ao presente, a publicação de alguns diplomas legislativos, e a definição da atitude do Governo perante aspectos fundamentais da vida política, económica, social e militar, mas não se encontrará, volvido que é quase um mês de governo, qualquer começo de execução de alguns dos pontos fundamentais da Plataforma Política, designadamente em matéria de informação, de administração local, e até de relações entre o poder militar e o poder civil.

O Primeiro Ministro e o próprio Governo em geral têm exposto as suas posições em termos muitas vezes claros. Mas uma coisa, como é sabido é a definição "documental" dessas posições, e outra coisa, substancialmente diferente, é a adopção de medidas coerentes e exequíveis em conformidade com as afirmações produzidas. Para se medir a relevância da questão da clarificação do poder militar, vejamos o sucedido nos últimos oito dias de Governo Provisório. Como elementos positivos avultam a decompressão relativamente à Associação das Deficientes das Forças Armadas e aos retornados de Angola, de algum modo desmobilizadas uma e outras pelas medidas anunciadas pelo governo, certas medidas pontuais económicas e por outro lado, algumas atitudes publicamente di-

vilgadas sobre o clima político e militar do nosso país, atitudes essas que mereceram apoio de manifestações de massa do P.P.D. e do P.S. Também se activou de VI Governo, e como elemento fundamental, avulta a concretização do apoio económico da CEE, bem como a promessa de outros auxílios bilaterais.

Esta "dissinergia" política, paralela à visita do Presidente Costa Gomes à Polónia e à União Soviética, demonstra que o sector governativo que, inequivocamente, milhares vezes tem afirmado a dar seu sítio e sector das Negocias Estrangeiras. Refira-se aqui o discurso bastante conjunto do ministro Melo Antunes, proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas, e em que se reitera uma política exterior de independência absoluta, e de salvaguarda de independência nacional.

Mas, paralelamente adensam-se os factores negativos que pesam no balanço da actividade governativa.

Na sua grande maioria encontram-se ligados à correlação de forças no plano militar, ao agravar de algumas tensões sociais.

As manifestações sucessivas — algumas das quais de massa — dos SUV, mobilizando deslocações de milhares e civis de todo o país; o incidente do CICAP, e depois a ocupação do RASP; a descomodação de chafarj militares, e a sua ociosação a propósito do mínimo acontecimento com incidência política — são factores de desestabilização política que põem em causa a autoridade de qualquer governo provisório. Em toda esta instabilidade militar têm desempenhado um papel de relevo três vectores simultâneos:

1) — A posição do PCP, agora abertamente contrário ao 6.º Governo Provisório;

2) — A posição convergente da esquerda revolucionária, que nunca escondeu a sua oposição ao actual governo;

3) — E as tensões militares de base, acumuladas durante muitos meses e que agora vêm, finalmente à superfície.



Cheque ao Ministério do Trabalho

Ao mesmo tempo que, pela via militar, o 6.º Governo Provisório é objecto de contestação, ocorrem movimentos reivindicativos laborais, também enquadrados pelo PCP e sectores da esquerda revolucionária, dirigido a determinados departamentos governativos.

Começou por ser a ofensiva em matéria agrícola, e passou a ser a ofensiva no domínio do Ministério do Trabalho.

Claro que, para além do objectivo de fundo que é contestar todo o Governo, as movimentações operadas apresentam também um objectivo específico: põe em causa o secretário de Estado do Trabalho, Marcelo Curto, que ocupa um dos lugares considerados do foro do PCP, em todos os anteriores governos desde o 25 de Abril, e mesmo neste, ao nacer no ponto de vista do próprio PCP. Isto mesmo ficou evidente no discurso de Álvaro Cunhal, proferido em Moscovo, antontem à noite. Segundo o sintético (mas discreto e fidedigno) relato de "O

Sécuro", sobre o Ministério do Trabalho, para o qual está delegado um secretário de Estado do PC, depois substituído por Marcelo Curto devido a pressão do PS e do PPD, disse: "Se pensarmos que o Ministério do Trabalho se servir os interesses do patrão está, muito enganados como metalúrgicos, o demonstramos".

Neste contexto se insere a manifestação gigantesca dos metalúrgicos, que, a par de suas palavras de ordem, reclamam o regresso de Vasco Gonçalves, ex-queido do 6.º Governo Provisório. Também nele se integram os ataques de órgãos de Imprensa considerados influenciados pelo PCP ao Ministro do Trabalho, sobretudo à sua entrada à EIT.

Para completar o quadro, o ex-Ministro Costa Martins elaborou uma carta aberta ao seu sucessor, alimentando, e dando sustentação de pretender retirar responsabilidades políticas, da campanha anti-actuais responsáveis do Ministério do Trabalho.

Para muitos observadores, a seria de estranhar que muito breve, e na sequência do processo reivindicativo dos metalúrgicos outros viessem prosseguir a movimentação sócio-proletária contra o 6.º Governo Provisório.

PCP. Esquerda revolucionária

Vista a primeira questão cumprir realizar a segunda: a das forças políticas que têm conduzido a oposição ao governo. Esta oposição tem sido assinalada por um curioso fenómeno político: a convergência do PCP e da esquerda revolucionária.

Considerando-se marginalizado ao 6.º Governo, o PCP deu uma saída à esquerda revolucionária, assegurada a via aberta pela lenhação da FUR.

E, ao fazê-lo, reconheceu que aquela tem uma apreciável implantação em certas bases militares, mesmo onde e quando carece de penetração civil.

Mas, também ao fazê-lo o PCP já alimentava o peso de um sector que está longe de controlar, que não se conforma com jogadas de táctica, e que é hoje um problema em termos de autoridade do 6.º Governo Provisório.

Grande beneficiária dos apoios e aproximações ticticos de todos os grupos anti-poder constituído, a esquerda revolucionária exprime-se hoje ao ceno do PCP, disponível de compromissos governativos escusivos. Um dia a liderança dirá o preço que o PCP tem de pagar pelo acordo, que hoje já se encaixa no 6.º Governo Provisório.

De facto, esta conjugação

de PCP esquerda revolucionária mostra que o PS tinha subestimado estas dificuldades, ao sonhar que um 6.º Governo Provisório veria as suas expectativas se impoem sem obstáculos a um país em crise.

É o PCP, que durante duas semanas (se ele tinha sido, durante duas semanas) se manteve numa postura hábil — embora difícil — de equilíbrio entre o Governo e a Oposição, assume hoje já uma posição clara de oposição ao 6.º Governo.

O momento de viragem pública já é comunicado de 4.ª feira passada. Não o PCP busca a "moderação diminuta dos órgãos superiores do poder político (MFA e Governo)". E acrescenta: "Resistem-se completamente erradas as afirmações do PPD do PS e de alguns sectores militares, segundo as quais, uma vez diminuídas radicalmente as posições da esquerda revolucionária, se conseguiria uma rápida estabilização da situação política, militar, económica e social. Os factos estão mostrando precisamente o contrário".

Depois de se queixar da forma como no 6.º Governo têm sido limitadas as "possibilidades de avanço do PCP", ele afirma, em margem para dúvidas sobre o seu alcance, que "o rumo que o PS e o PPD querem imprimir à política governativa é precisamente a contrária aquela que pode dar solução aos problemas que presentemente se defrontam".

No mesmo comunicado o PCP lista as movimentações reivindicativas sócio-profissionais, o "amplo e

vigoroso movimento dos soldados", e termina reiterando a proposta "de um encontro de representantes das várias tendências do MFA, do PCP e de outros partidos de esquerda revolucionária, e do PS para examinarem, em conjunto, a situação com vistas a debaterem os graves problemas da actualidade.

Segundo o PCP a solução da crise nos setores do poder exige o reforço das posições das forças revolucionárias nos órgãos superiores do poder político, designadamente no Conselho da Revolução e no Governo Provisório.

Este comunicado é de uma clareza total. E a proposta com que começa é, **ipsis verbis**, a mesma que o PCP lançou em plena crise de Julho/Agosto, antes da formação do instável 5.º Governo.

Quer isto dizer que o PCP não foge contra o 6.º Governo Provisório, deixando mesmo instaurar os sectores em que concentra a sua actividade: o militar e o sócio-profissional.

A estes dois sectores vie-se, aliás, a justar, de forma significativa, o dos meios de comunicação social.

De facto, nesta última semana, assiste-se ao regresso dos órgãos de Informação mais ligados a posições do PCP a um triunfalismo político-militar, atenuado durante cerca

as três semanas anteriores.

Mas, o depoimento mais concluyente dos propósitos do PCP foi o importante discurso de Jaime Serra, na sessão da Assembleia Constituinte de antanho.

Tal como na semana anterior o fizera ao apoiar os SUV, desta feita Jaime Serra (dirigente destacado da "linha dura" do PCP, e conhecedor dos mecos militares, pela sua longa experiência de orientação na ARA) apoiou a posição dos militares e civis concentrados no RASP.

Assim, depois de repetir passagens análogas e trechos do comunicado de quarta-feira, afirma, sobre o caso do CICAP: "Contra os sanções à esquerda levanta-se uma unidade militar inteira a exigir dos comandos reacção e reificação dessa medida. Qual a resposta do comandante da Região Militar? Aproxima-se porventura dos seus soldados procurando ouvi-los e esclarecê-los do eventual erro da sua posição? De modo nenhum!

A boa maneira fascista decreta pena e simplesmente a dissolução da unidade!

Pergunto a esta Assembleia: é isto um procedimento revolucionário? É isto ao menos democrático? A nosso ver não é re-

volucionário nem democrático.

E sim reacção. E contra-revolucionário.

A resposta da grande massa das unidades, não só do Porto mas de toda a região Norte já está para o demonstrar."

Qualificando o brigadeiro Pires Veloso de "um qualquer oficial burguês, que a revolução estritamente fez general, e que actua "como reacção que é", Jaime Serra recorda as movimentações em curso contra o 6.º Governo Provisório, e explicita: "no plano político geral, um dos aspectos mais característicos da situação presente é o facto de que as forças verdadeiramente revolucionárias, a classe operária e as massas populares, assim como os filhos do povo feridos, desprezando os cálculos artimanosos e burocráticos, que pretendem condicioná-los e seu papel revolucionário, entram decididamente em acção, passando à contra-ofensiva".

Uma análise minimamente atenta deste parágrafo revela duas ideias centrais: a da contra-ofensiva ao curso face ao 6.º Governo; e a de desprezo pelos "cálculos artimanosos e burocráticos". Uma e outra, perfilhadas pelo PCP, dão o retrato cabal da sua posição de oposição ao 6.º Governo Provisório.

MUTI e URAP: Movimentos unitários ou unicitários?

PULULAM os "movimentos unitários". Enquanto o MUTI — Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais apresenta nas Belas Artes o seu programa "para a defesa da revolução", o URAP — União dos Resistentes Anti-fascistas Portugueses anuncia a sua constituição.

O MUTI apoia "as nacionalizações e a reforma agrária", "a defesa das liberdades fundamentais tal como yem consignado na Carta das Nações Unidas", repudia a social-democracia que mais não é, segundo ele, do que "um trampolim para o regresso ao fascismo", defende "a vigilância popular" e "o reforço do poder popular".

O URAP — que na próxima 5.ª feira terá uma reunião no Centro Nacional de Cultura para melhor se definir — surge da convicção de que foram derrubadas as instituições mas não o fascismo e de que é preciso continuar a vigilância, numa acção pedagógica de luta unitária pela liberdade. Surge o URAP na sequência de

iniciativas em que se destaca a Comissão Nacional de Apoio aos Presos Políticos. Presos Políticos.

Ambos os movimentos se dizem unitários, não dominados por qualquer facção partidária. Eis os nomes dos seus elementos fundadores:

MUTI — Fernando Lopes Graça, João de Freitas Branco, Bernardo Santareno, Luso Soares, Alexandre Bebo, Dias Coelho, Jólío Vidal, Lília da Fonseca, Pedro Ramos de Almeida, Blasco Gugo Fernandes, Luis Francisco Rebelo, Duarte Vidal, Casimiro de Brito, Eduardo Jacques, António Revez, Monteiro Gil e Melo e Castro.

URAP — Abranches-Ferreiro, J. Faria Borda, F.

Lopes Graça, Piteira Santos, Levy Baptista, Varela Gomes, V. Costa Santos, Felicidade Alves, Orlando Costa, Cecília Areosa Feio, Guilherme de Almeida, Rui Cabeçadas, Vítória Galacho e Maria Keil.

Um teste chamado Angola

ANGOLA constitui um teste para a política externa portuguesa, a qual sem dúvida será a consequência lógica de um projecto, projecto esse que coincide com aquilo a que se chama independência nacional. Melo Antunes traçou o esboço na ONU e ali deixou claro que Portugal, relativamente a Angola, não tinha intenções neo-colonialistas, nem sequer imperialistas ou sub-imperialistas e que estava resolvido a transferir os poderes para os seus Movimentos. O mesmo tem feito Vítor Cravo. Aliás, estes Movimentos reconheceram-se implicitamente no Alvor como representantes legítimos do povo de Angola. Acontece, porém, que os vários interesses dos imperialismos se abatem sobre aquele território, quer em virtude da importância estratégica do mesmo, quer em virtude da riqueza natural que encerra.

Estados Unidos e União Soviética ajudam abertamente os Movimentos que ideologicamente lhe são mais afins. Ajudam-nos para que se possam hegemónizar: a Rússia para o seu tipo de socialismo e para a sua dívida; os Estados Unidos e parceiros (ver pag. 1) para o capitalismo das multinacionais e sua zona de influência.

Como poderá Portugal actuar no meio destes interesses alheios? Para já, Portugal não lhe interessa, nem pode fazer neo-colonialismo. Muita gente, entre nós, perfilha um auxílio macio ao MPLA, precisamente por representar o Movimento mais progressivo e aquele que dá maiores garantias da criação de condições de não exploração do homem pelo homem. A execução desta tese implicaria uma ingerência nos negócios internos de um outro povo e poderia comprometer as relações futuras que o nosso país deseja manter com Angola em pé de absoluta igualdade, mas atendendo a uma História que teve traços comuns durante vários e longos anos e nos marcou para uma fraternidade mais vinculada.

Se Portugal conseguir chegar ao 11 de Novembro, actuando o princípio da neutralidade activa que, até agora, tem mantido em grande parte, estará em condições de poder afirmar le credencial, com mais insistência, que o seu caminho futuro será o da independência nacional, podendo assim, inserir-se mais naturalmente nos planos dos não alinhados, dentro de uma perspectiva de luta ao lado dos povos explorados contra os exploradores. Para isso, a política externa portuguesa necessita de enviar todos os esforços no sentido de trazer o MPLA, a FNLA e a UNITA à mesa das negociações a fim de realizarem um Acordo que torne possível a existência de um substracto mínimo para a transferência de poderes. Será depois a guerra? Estamos em crer que a guerra vai continuar. Uma guerra que será de libertação através da qual o povo angolano decidirá do seu destino.

Compete às forças progressistas portuguesas e aos portugueses individualmente empenhar-se numa campanha a favor das correntes que no Mundo lutam contra qualquer tipo de opressão vinculada em grau maior ou menor pelas diversas matizes de imperialismo. Não compete ao Estado enquanto Estado ultrapassar o âmbito da independência nacional para se ingerir em assuntos de outros Estados.

Silva, Alberto Vaz da

Ao MFA e ministros, objectivamente ao major Melo Antunes subjectivamente

Alberto Vaz da Silva

Cinco é o número do homem. O sangue dos cinco espanhóis assassinados por Franco é o símbolo — sinal exterior de um poder interior — da vida de um Homem Novo.

ACONTECEU em Portugal uma revolução inevitável. Mas esta revolução é apenas uma invocação. A sua vida depende da inspiração de quem a entoa.

O horizonte é estéril, a terra é estéril, o campo rochoso. Trabalhamos sobre a cristalização para nós sem idade que é a Idéia.

O garrete também é conhecido. O masto opaco e ancestral que cobre este solo e nos livrado os corpos é uma reencarnação do Adamastor, reiterado sob o elemento terra e a forma de península, feito dos desejos destruidos, das fraquezas, dos erros, dos pensamentos, das motivações secretas e das forças perdidas deste povo.

Quem se reclama de uma revolução neste sector do universo não vem combater um regime depositado numa corrupção, a ordem — o instigado é negro e invisível, a sua potência escuda e de simples homem e a sua idade não se muda em anos.

Só lhe poderá dar luta um herói branco, um povo iluminado, uma stirma onda de servidores da humanidade capazes de desfazer a liaska, dispersar os miasmas, penetrar a neblina e restituir a esta parte da terra latina a luz do homem integrado, canal de iluminação, cooperadores do Plano a cumprir, por intermédio do planeta Terra, neste sistema solar.

A responsabilidade da revolução portuguesa é passar-se em 1975, num momento da evolução do mundo em que os homens, libertados por duas guerras, intuíram o que significa manipular o poder dos três reinos sub-humanos da natureza. E começam, em massa, a apreender o processo da integração mental.

De polarizado nos desejos e nas emoções o homem vai atingindo a polarização no espírito. Vai lentamente usando o cérebro como lâmpada de pesquisa e iluminação do seu semelhante, e como reflector de uma luz mais alta cuja incidência sobre o reino humano se intensifica como consequência da evolução do próprio planeta.

Por isso, que é de vertiginosa precipitação neste tempo, os países acompanham os acontecimentos no país onde uma intensificação inusitada de forças dirigidas provocou a crise e a oportunidade.

Os intelectuais, políticos, historiadores, observadores mais de efeitos que de causas, desabitados de uma meditação sobre a lei de causa e efeito em actividade nesta península, passaram ao lado do nome verdadeiro dos reajustamentos de que a revolução portuguesa é o instrumento. O seu latido vem da profundidade dos tempos e talvez que o Adamastor, já incarnado como nuvem de água e como terra, tenha ainda que voltar como fogo purificador.

E o que compreendemos nós, senhores de um movimento político, social, humano, armado, com repercussões em mais do que um continente, ligações de causa e

efeito com territórios imensos, centros de pessoas, animais, vegetal e mineral?

Senhores, porque a cada momento lhe damos a vida e o ser e da potência do sopro que lhe insuflamos depende a manutenção da sua coerência e estrutura atômica, ou a sua morte, desintegração, e devolução ao reservatório do corpo do Adamastor.

O que mostramos que compreendemos?

— O MFA, organismo de militares, canal directo das forças que desencadearam os acontecimentos a nível objectivo, exprimiu até certo momento o seu papel carismático, em algumas ocasiões muito claramente. Mas um canal é um instrumento de passagem cuja função é manter-se desimpedido, livre de complicações físicas, emocionais e mentais.

Diversificou-se, cindiu-se, tende a passar de organismo vivo a peça de organização, com a sua aparelhagem, suas intrigas palacianas, suas pompas, seus teólogos e doutrinações, filósofos, doutores e livres pensadores.

— Os partidos políticos tentaram imprimir-se sobre um povo particularmente destrinado e impressionável. De direita ou esquerda, a sua primeira preocupação foram as lúridas auto-emergença, respectivos poderes, capacidade de manobra, estratégia em relação ao poder dos outros. Objectivos: vitórias, alavancas do comando, o arranque para o próximo "raid".

Nenhum serviu o povo, nenhum amou o povo, nenhum lhe falou com pureza de motivos, com inteligência ou coração puros porque nenhum desinteressadamente se aproximou dele, sem pedir nada em troca, só para o iluminar, o esclarecer, o salvar. Imprimiu ideologias feitas, quaisquer que seja a eficácia da sua aparência, sobre um povo que pensa através das emoções e cede ao engodo dos sentidos é uma operação tão letal sobre o espírito humano que nenhuma libertação jamais se alcançará por essa via.

Em nome do povo se abusa do povo — eterno corer paralelo do fascismo mesmo quando não libertadores os pensamentos originais dos homens.

— Os governos têm-se sucedido com mais ou menos trazo e poder de acção e mas quem lhes chamará revolucionários, em pensamento, palavras ou obras?

— Os cidadãos intrigam. Uns, consciencia de que a revolução é uma pista de gelo, basta pôr um patim e deslizar de um canto para o extremo oposto para que o extremo oposto funcione como a caverna de Ali-Babá. Que bastam cheiros de palavras e barulhos estridentes para que o Séasem se abra. Outros fugiram — físicos ou mentalmente — defraudaram ou roubaram por puro egoísmo, incapacidade de penetração nas razões profundas dos acontecimentos ou dos seus irmãos. Fugiram porque estão perto da voracidade animal. Outros

receiam, simples e recuadamente, descejam a paz. Mas a paz não basta. Outros, os avançados entre os portugueses, tentam, em silêncio e profunda meditação de motivos, ser os observadores "desapeadamente apegados" capazes de responder à chamada com a inspiração que atraem, porque sabem que a evolução nesta pátria é parte da evolução da humanidade, por sua vez parte do processo cósmico de evolução.

Alguns militares têm revelado, através da exteriorização de símbolos ou verdades parciais de expressão, a sua aproximação do coração das coisas.

Sou a hora para a nota desesperada? Sou a hora para a nota exacta e só a exactidão alivia.

A revolução verdadeira só acontece quando os homens forem revolucionários — isto é, quando vivem.

Quando acobrem. Quando deixarem de abarcar apenas um ângulo de visão, aspectos parciais e acordarem para a realidade concebida atrás das suas três dimensões.

Isto só acontecerá quando cada homem perceber que tem que funcionar como uma unidade de luz, "as luz veremos luz", uma chama que arde intensa de baixo para cima, integrada, unida, sem distinção inferior, comunicável.

Só se constituir uma unidade — física, emocional, mental, espiritual — o homem se sentirá unido com todas as formas de vida em geral e com a humana em particular.

Só assim poderá compreender os outros sem restringir, porque só assim saberá que os outros são iguais a si.

Só assim será capaz de fazer de cada pensamento e de cada acto uma obra de boa vontade e só a boa vontade entre os homens é criadora e revolucionária.

Só assim o homem será capaz de se esquecer a si próprio e tornar indolente e aprenderá que a lei da vida é servir os outros.

Só o amor atrai o êxito dos homens.

E o êxito dos homens consistirá que a existência é uma simples imitação na Verdade óptica para o Bem.

E esta é o Propósito de tudo.

Diz-se, numa das Escrituras o, zionista: "A venturosa grandza não se exprime através do actividade como foram as de Alexandre o Grande, Jêlo César ou Napoleão mas através daquelas que vêm a uma e humanidade e a unam como um todo unido, interrelacionado, cooperativo e harmonizado. Os que lutam pela unidade do mundo, os que educam a raça nos princípios da harmonia e das relações humanas correctas serão um dia reconhecidos como os verdadeiros heróis."

O atilado a meta final implica conflitos, luta de classes, cruvo armadas dizem os prévia da revolução. A reacção aperta. Os fascistas não desarmam. Espreita. Não desarmam. Mas a reacção é a obstrução à

expansão e à visão. São as palavras desfiguradas e vazias que se opõem como barreiras, os seus torcidos que perturbam a claridade do ar, a impossibilidade de exprimir quando não se pensa.

A reacção é o egotismo. O separatismo. As palavras dançam pelo ódio e o sectarismo. O abuso da imagem, do comentário, da afirmação e do desmentido quando feita a um país e silêncio.

A reacção é a fúria.

Os fascistas são seres próximos do reino animal. Perseguem a sua presa, impedem a circulação da energia, não deixam chegar a vida aos outros porque a querem açambarcar.

Mas nenhum fascista poderia resistir a uma revolução verdadeira, feita de boa vontade, de luz, de amor manifestado pelos outros.

A sua única revolução seria como uma fogueira no meio da floresta.

Os semi-bichos esperariam durante um tempo. E à medida que a luz fosse crescendo, ou se estabeleciam no estado e a natureza os reanimaria, ou seriam atraídos pela chama e o calor e se

tomariam inofensivos como os restantes homens.

Nada, como o carinho para a perfeição, traz à superfície o egotismo.

Nenhum antidoto melhor contra o fascismo do que uma sociedade fraterna e justa. Então eles seriam reconhecidos pela própria cara e não suportariam o embate.

Então teríamos uma Revolução para mostrar ao mundo — e que o mundo, inconscientemente, esperava de nós.

Precisamos urgentemente de quem, do ponto ao meio de círculo, entre em meditação profunda e ministre a revolução, a torne assimilada pela nossa respiração e a nossa vida. Com uma inspiração serena e persistente, manida na luz, através do cérebro e do espírito.

Se faltarem os distribuidores da inspiração perderemos colectivamente o sentido das proporções e a razão.

Espécies de iliprianos à volta de um corpo gigantesco venenado na praça pública porque se não digeriu.



ANTUNES

Portugal neo-colónia do imperialismo

José Freire Antunes

"Nós vivemos numa época histórica em que, no mundo inteiro, o capitalismo e o imperialismo se precipitam para a sua queda, em que, no mundo inteiro, o socialismo e a democracia popular marcham para a vitória!"

Mao Tsu-Tung

NA DÉCADA de cinquenta, os Estados Unidos, que se dedicavam a toda a espécie de pilhagens, crimes e ingerências contra os povos do mundo inteiro, passaram a contar com uma nova grande potência. A morte de Estaline, dirigente do proletariado soviético e sucessor de Lênine na chefia do PCUS, haveria de conduzir ao golpe de Estado da clique de Kruchev infiltrado no seio do velho e stalinista partido bolchevique. "E do lado que mais facilmente se tornam as fortalezas" — tinha dito o irreflexivo combatente dos trostkistas, dos bukrinistas e de todos os inimigos dos operários e dos camponeses russos. Ao atropelar Estaline — o linguado do campo da luta anti-naçi — que os velhos operários portugueses recordam com ênfase — era também a bandeira de Lênine que os social-fascistas marchavam. Era o leninismo feito social-imperialismo e o internacionalismo proletário e a ajuda fraterna, substituídos pelo chauvinismo de grande potência: o marxismo-leninismo revisto em toda a linha: o socialismo nas palavras mas o fascismo nos actos: a guerra por debaixo do paravento da "coexistência pacífica", a tração e a preparação da cama ao fascismo sob a tese falida da "transição pacífica para o socialismo".

Os anos passaram. Quem não recorda a ódio frase do russo branco Kruchev?

"Mesmo uma pequena foice pode provocar uma guerra mundial: não a União Soviética e os Estados Unidos, como se pensa muito facilmente no mundo, se nos unirmos nos interesses de paz, não haverá mais guerra. E, se um pouco grande ainda descomparar uma guerra, haverá que o assassinio com uma foice para que não se tornem" — ou o pagaguar macionário de quem se tem por dono do mundo.

E seguindo as teias dos novos cães, que a URSS impõe na Checoslováquia um governo de fachos fideis e escraviza o povo checo debaixo da sua pata de ferro: que se opõe aos objectivos anti-imperialistas dos combatentes latino-americanos e faz pressão sobre a Síria para que se não accorde,

quando eram massacrados pelo exército jordano; que vende armas em segunda mão aos povos árabes e exige o contido; que forneceu, no Outono de 1968, armas a Shuairto, num momento em que ele manocrava os comunistas indianos e bombardeava as aldeias de Biltar, a leste de Java; que apoiou o governo de Tombalbaye, do Chade, na luta contra a guerrilha popular, reprimida com a ajuda do exército francês; que fez uma série de provocações armadas na fronteira chinesa, em Março de 1969 e que deslocou mísseis para a Mongólia e um milhão de homens para a fronteira, com o objectivo de cercar a China vermelha; que se alia aos fascistas de todo o mundo para combater a China e a Albânia; que auxilia a Índia a desmembrar o Paquistão; que fecha as portas da sua embaixada aos patriotas chilenos (ditos esquerdistas), em pleno golpe fascista Pinochet e colaborou com o partido revisionista chileno na obra de tração ao povo do Chile; que deu instruções ao seu embaixador na ONU para votar a favor do envio de tropas para a repressão sobre o povo do Congo; que se opõe à luta revolucionária do povo argelino dizendo que isso era um "assassinio interno" da Argélia; que culmina a Albânia e expulsou do Pacto de Varsóvia e do COMECON; que provoca a guerra civil em Angola, manda barcos de sardinhas (e de espionagem) em tempo da greve dos pescadores de Matosinhos, compra madeiras, arruinando os pequenos e médios produtores portugueses, comete uma série de ingerências nos assuntos internos do nosso País, conluia-se com o imperialismo para explorar e o reparar a nossa Pátria.

A corrente imparable da revolução mundial

O aspecto mais notável da situação mundial de hoje, reside nos golpes demolidores contra a velha ordem do colonialismo, do imperialismo e da hegemonia das duas superpotências, desferidos pelos povos oprimidos do mundo inteiro, que se levantam resolutamente em defesa da soberania nacional e constroem a nova ordem socialista. Uma grande revolução abala o mundo, a inevitável derrocada do sistema ocidental da exploração e da opressão, caindo sobre a marcha impetuosa do proletariado mundial.

As duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, di-

putam encarniçadamente a hegemonia mundial. Sempre falando em "paiz" e "segurança colectiva" imperialistas e social-imperialistas lançaram-se numa corrida ao armamento e armaram fabulosos potenciais bélicos. Unindo as suas confabulações nos tratados de Vladivostok, nos acordos secretos, nas conferências de "segurança e cooperação europeia" a URSS e os EUA lutam freneticamente pela partilha do Globo e uma nova guerra mundial imperialista é uma possibilidade eminente. Entre eles, o contido é temporário, a rivalidade é permanente e as suas manobras são uma ameaça para todos os povos aspirantes à paz.

Enquanto isso, o terceiro mundo fortalece-se cada vez mais. Os países não-alinhados, africanos e latino-americanos, levantaram a cabo uma série de conferências onde forjaram uma forte unidade contra a hegemonia das superpotências. Um conjunto de jovens nações da Ásia, África e América Latina, alcançaram magníficas vitórias sobre o domínio imperialista. Os países em vias de desenvolvimento são a força motriz da História. O grandeito feito do povo vietnamita contra a agressão, lançou veio comprax, a completa falência do imperialismo é um giro de papel, como um país fraco e pequeno pode vencer a agressão de uma grande potência. Esta é a magnífica lição histórica. Mas a subversão imperialista não desarma e por toda a parte espalha a confusão; Praga invadida pelos militaristas soviéticos e o Chile, onde o patriota Salvador Allende caiu como o imperialismo é um giro de papel, como um país fraco e pequeno pode vencer a agressão de uma grande potência. Esta é a magnífica lição histórica. Mas a subversão imperialista não desarma e por toda a parte espalha a confusão; Praga invadida pelos militaristas soviéticos e o Chile, onde o patriota Salvador Allende caiu como o imperialismo é um giro de papel, como um país fraco e pequeno pode vencer a agressão de uma grande potência. Esta é a magnífica lição histórica. Mas a subversão imperialista não desarma e por toda a parte espalha a confusão;

que nos arreliava a política externa das administrações fascistas de Salazar e Caetano?

Mostrava-nos que a burguesia portuguesa vendia o nosso povo. Os governos fascistas foram sucessivos do imperialismo e o transtorno, mesmo local da política dos Johnsons, Nixon e companhia. A burguesia portuguesa, com a sua política de venda a retalho da nossa terra, não dispunha com a doação do exército para instrumento de rapina imperialista sobre os povos irmãos das colónias, tinha transformado Portugal numa neo-colónia do imperialismo.

Num panfleto intitulado

"Kissinger, fora de Portugal", datado de 17 de Dezembro de 1973, aquando da visita do subter-repente da CIA, e MRFP afirmava: "A saga de grandes manobras e decisões que se explora e oprime, acaba de desdobrar no nome Pak, presidente do Estado síncrta tumbé, e filivestre Kissinger, calixite-repente de revolução mundial, e agente activo da política de agressão, de saque e de rapto de uma das suas superpotências que se disputam a sociedade global".

... E no quadro geral da sinistra política de hegemonia do mais forte, do saque e agressão imperialista e social-imperialista e do domínio tanto da nossa pátria que e processual Kissinger desambura hoje em Portugal. Como fiscal de comércio nos. Como agente das mais negras forças de reacção mundial. O povo português só tem um palavra a dizer ao serviço de oprimidos estrangeiros e os seus lucros RUAI".

Os sectores chave da economia estão nas mãos dos norte-americanos, assim como os principais ramos da indústria, bases militares do comboio Lajes, Comberland, armazéns de material bélico (Forte da Telha, Setúbal, Praia da Vilhena). No congresso de Tomar da ANP, em 1973, um dos fascistas presentes deveria de considerar: "Portugal constitui pelo aspecto geográfico e estratégico das suas territorialidades, um elemento valioso da segurança colectiva mundial".

Pela colonialista e colonizada, Portugal tinha um papel importante no jogo de forças imperialistas. Em 1970, o MRFP defendia as ténas do seu fundador Arnaldo Mateu, de que "Portugal é um dos seus mais fortes de rede mundial imperialista", de que "Portugal é o seu mais forte de rede mundial imperialista" e de que "Portugal constitui um elemento valioso da segurança colectiva mundial".

Portugal é o centro do centro de disputas

A Europa é o centro vital das contabalações e lutas encarnadas entre Ford e Brejnev. A Confederação Europeia de Segurança e Cooperação que não é as duas últimas coisas e também é sempre, porque a Albânia não participa e não faz em parte os EUA. É provavelmente, um instrumento ao serviço do imperialismo norte-americano e do social-imperialismo revisionista soviético, para redimir a Europa em zonas de influência. Uma manobra que tem por objectivo isolar e cercar a Albânia e a China.

Essa disputa acaba pelo divórcio do continente europeu, está centrada numa série de países da bacia do Mediterrâneo, estrategicamente saqueados onde a Revolução mais impetuosamente se desenvolve. Portugal é o centro dos centros, ocupando o lugar principal dessa disputa vovaz.

E após o golpe de Estado do 25 de Abril, alguma coisa se alterou? Não. Pelo contrário, a situação do poder dos revisionistas, determinou a entrada a golpe dum novo imperialismo. Cu mal desdobramento e põe em política o plano que lhe fora ditado por Bre-

jev. O novo patão explorador teve tempo para mostrar a sua face real. As ingerências nos assuntos internos da nossa Pátria, por parte da URSS, são só compreensíveis se realizadas pelos social-democratas europeus, serventes da contra-revolução mundial. Arrogante e jovem, o social-imperialismo revisionista soviético está mesmo desmarcando que o imperialismo nunca. Este palpado pelas vítimas dos povos de todo o mundo, está mais em decadência.

Um barómetro preciso da inteira dependência do nome Pak em relação aos diversos blocos imperialistas, são as múltiplas deslocações dos governantes dos seus generais provisórios. As viagens de Spínida (precede-se o encontro com Nixon), Mário Soares (que procurou desalambadamente capital político e económico na Europa), Melo Antunes (in contacta ainda presente com a CEE), Costa Gomes (aparece de mão a Ford em Habsburgo, presença na Polónia e URSS) revelam claramente que nem a economia portuguesa pode respirar sózinha, nem a política governamental revela após 25 de Abril, qualquer margem de autonomia em relação ao imperialismo estrangeiro. E até Rosa Coutinho, conhecido militante anti-fascista antes do 25 de Abril, uma das mais lúidas inteligências do MFA (o que além do mais tem a virtude de estar sempre a vir-se de que diz) chegou num Boeing a dizer que não podemos ter saídas da Europa e partir no Boeing seguinte a eleger a social-democracia suca...

Faz à questão do imperialismo existente no nosso país três posições básicas.

A primeira é defendida pelo PCP e o conjunto de pequenas aggrupamentos do FUR mais a UDP. Para estes grupos, só há um imperialismo (americano) e o fascismo é o único inimigo do povo português. Trata-se, pois de "lutar" contra o fascismo, para permitir a entrada do social-fascismo. Nas palavras, a política da UDP é "contra os imperialismos"; mas fôles tornando evidente que, utilizando o PCP em questões secundárias, a UDP apoia o seu pai ideológico em todas as questões fundamentais da Revolução portuguesa.

No que diz respeito ao PCP, ele apenas cumpre as ordens do car Brejnev. Quanto aos fôr, é a pequena-burguesia radical com uma mão na GI e os dois pés no saque político se o fascismo se abate. Entre trocistas, anarco-bolchevístas, neo-revolucionistas, é a mais completa incapacidade de compreender o que se passa no país, entendido entre um assalto à casa de jogo de Alcobaca e a destruição da centralidade espanhola. Não-se que a FEC não bate muitas vezes ao ritmo da UDP, quanto à luta contra o imperialismo, acusando-a de "servir o social-fascismo".

A segunda posição é defendida pelo PCP (m-l). Segundo esta secção juvenil do PS, o inimigo principal é o social-imperialismo e preconiza alianças com a contra-revolução fascista para combater o social-fascismo. E semio que este aggrupamento spruce, com a sua modéstia de aderentes, a andar

Jaime Neves, um oficial responsável por uma série de críticas contra os revolucionários portugueses, desde se destaca o golpe de 26 de Maio último, que levou mais de quinhentos anti-fascistas à cadeia. Ainda segundo esse conselheiro, o dito grupo passa a vida a cheirar o posterior dos oficiais da burguesia nacional, postulando que os operários devem fazer o mesmo. Desta forma, fabrica revistas com o nome Melo Antunes na capa. É também de acordo com essa perspectiva "incorreta", que analisamos a esta tragédia de ver passar, entre o PS e o PPD, todos os militantes do PCP (m-ú) gritando "Nem um só social-fascista no aparelho de estado" (o que quer dizer que quando o aparelho de Estado tiver só fascistas é que é bom) numa manifestação recente.

A terceira posição é defendida pelo MRPP. O inimigo principal do povo português é o imperialismo. O imperialismo tem duas cabeças: o norte-americano e o soviético. É impossível combater um sem combater o outro, o fascismo e o social-fascismo são duas faces da mesma moeda que é a exploração e a opressão do povo. Não se pode expulsar um pela porta do Miúdo e deixar o outro pela porta do Algarve. Como fruto desta análise política, o MRPP mobilizou desde então as massas para o combate ao partido fascista CDS (outras sedes o povo destruiu em todo o país); foi o único partido que realizou uma manifestação (proibida mas realizada) em 11 de Janeiro, contra a presença dum esquadrão da NATO; contribuiu poderosamente para o isolamento da pequena revisionista no seio do movimento operário. A contra-revolução tem dois centros: um em Moscovo e outro em Washington.

O proletariado português deve pensar com a própria cabeça

Os neo-revisionistas — os revisionistas da época actual, em que

é preciso fundar o Partido Comunista que venha unificar Portugal — têm um sentimento saloio face à burguesia nacional. Defendem que a classe operária deve ser dirigida pelos oficiais à burguesia nacional e quando não dão um passo abanam logo o abraço. Assim, enquanto o grupo le magliotino Vilar chama o bandido à volta do Documento da "Nova", os outros grupos unidos com o documento COPCON. Um apoiam Costa Gomes, outros fazem propostas inconhecidas ao general Otelo (em tal d'Espinho há pedir mil GJ ao comandante do COPCON).

Essa política não serve o proletariado. Essa política, defendida alguns países da Europa, por gente que se reclama do marxismo-leninismo, pode ser boa para eles, que não são temas nós com nós. Para o nosso país não serve. E se vierem dizer que essa política dos conselheiros chistos, há que responder que para o proletariado português não serve.

Na fase actual da revolução, o tomado do poder está na ordem à mão. Ou a revolução avança a todo o vapor ou morrerá numa nuvem de estado de sítio, pelo golpe de qualquer Cavaleiro. Não a classe operária portuguesa não pode fazer avançar a revolução, se não pensar com a sua própria cabeça, marchar com as suas próprias pernas e seguir um programa autónomo.

Os oficiais democratas, próletas e anti-fascistas devem acatar a direcção do proletariado. Não há muitas alternativas: ou compreendem alguma vez para sempre que não podem dirigir nada, que se dá uma camada de classe condanada à morte histórica e acatam a direcção dos marxistas-leninistas ou vão servir de tropa de choque à contra-revolução. Ou a luta pela democracia nova ou o estorço à luz da história. A classe operária tem um só caminho: é preciso de ser unido, criar o Frente Única Democrática e Popular, e aliar de todas as forças anti-imperialistas e anti-social-imperialistas que

estejam dispostas a pagar as armas para libertar o povo. Pagar em armas, porque não há "massa de pacíficos" por muito que se nos documentos do Novo, e as situações de Portela Filho e a todas as posições conciliadoras, que se podem trazer a tragédia.

Presentemente, uma contra-corrente reacção da direita pelo social-fascismo ganhou posições dentro da corrente principal que é a Revolução. Essa movimentação visa impedir a criação do Frente Única Democrática e Popular, únicas formas de fazer avançar a Revolução e combater a contra-revolução. Uma nova contra-revolução, centrada no campo do proletariado, avizinha-se. Realiza a aliança operário-camponesa, a vanguarda da Frente Única Democrática e Popular, mobiliza a todo o vapor, ataca a contra-corrente reacção. É a contra-revolução tem dois centros, a Revolução não tem alada o centro único. Essa é uma tarefa árdua a seguir a revolução democrática, comunista, de todo o sector anti-imperialista e antissocial-imperialista.

É a classe operária que está a ataque e a contra-revolução que agonia. E a burguesia que não pode governar, ao passo que o proletariado se prepara para o fazer. Mas se o proletariado não resolver urgentemente os seus problemas, a contra-revolução alanceará o imperialismo. O proletariado tem de unir-se sob uma direcção política única, marxista-leninista; tem de passar a agir como um todo orgânico e classista; os hilos que existem entre o sector de vanguarda e grande maioria das massas; tem de subordinar o movimento camponês e operar a aliança essencial da Revolução; tem de tirar do seu movimento, da sua própria com a solidariedade revolucionária, seu braço armado; tem de saber criar, desenvolver e centralizar os seus órgãos de vontade popular e transformá-los em órgãos de Poder político. Estas batalhas estão armadas. É preciso meter pernas ao caminho.

Expresso

75-10-11

12

Preenchido o cargo da Cultura?

DAVID MOURÃO-FERREIRA é indigado para a Cultura. Embora o próprio afirme não ter sido contactado oficialmente, meios próximos do Governo indicam-no como certo.

Paraquedistas no AMI

OS PARAQUEDISTAS entrarão também na constituição do AMI, força de intervenção comandada pelo brigadeiro Melo Egídio. É de crer que, com o tempo, estas forças venham a ser profissionalizadas na sua totalidade.

Face ao movimento revolucionário que envolve quase todas as unidades do país em grau maior ou menor, começa a despojar-se entre os militares apego ao tradicionalismo hierárquico, uma corrente segundo a qual Portugal terá de caminhar para Forças Armadas inteiramente profissionais, relegando para a História o recrutamento obrigatório.

O caso das armas em Beírolas

romântico que deixa transparecer

«EXPRESSO», COPCON e Dinis de Almeida em CIAAC e Vargas na contenda

PUBLICOU O EXPRESSO no último sábado uma notícia na primeira página subordinada ao título "Grave incidente em Beírolas com levantamento de armas" e que nesta edição reproduzimos em fotocópia e aqui estava destinada a proporcionar grande celebração e alguns desmentidos contra nós.

Diz-se um dia o general Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, que "a verdade é revolucionária". Desta elementar verdade se esqueceram aqueles que vieram a público desmentir o EXPRESSO. Foram entre outros o próprio COPCON, e o major Dinis de Almeida. Filtros-não são infantis estabelecimentos que com os seus desmentidos apenas confirmaram a sintonia que praticamos se exceptuarmos pormenores de importância mais que secundária. De nosso ponto de vista parece-nos extremamente grave o sucedido, já que envolve autoridades de tanta monta que, assim, podem cair no descrédito público. Se voltamos os olhos, reunindo as diversas peças deste processo, é pelo respeito que os nossos leitores nos merecem e para que possam continuar a acreditar em nós, já que, quando invocamos fontes fidedignas, elas o são mesmo, contrariamente ao que contra nós insistiu o comunicado do COPCON ao dizer no seu número 9: "Malá uma vez fies a palavra que os fidedignos fontes dos diversos órgãos de informação que se são fidedignos como eles, o não se pode confundir com a facilidade nullo objectiva de provocar a maior divisão possível nas Forças Armadas em concorrência mútua de desaprovação desde meados de Novembro, pelo que aplica aos Comandantes a bom senso e honestidade que deve

prevalecer em todos os órgãos para a existência de uma correcta informação, se queramos contribuir verdadeiramente, para a defesa e progresso desta "Revolução", com o antedispado agradecimento das Forças Armadas".

Parce-nos, ou melhor temos a certeza, que este conselho se aplica perfeitamente ao COPCON pela sua reflexão no tratamento do caso em apreço, como demonstramos, esperando na humildade revolucionária que não leve a mal a nossa objectividade e franqueza. Antes de mais já que o COPCON filia-se em divisionismo das Forças Armadas, vício de que nos acusamos, perguntamos ao COPCON se o povo português não tem direito a saber tudo aquilo que se relaciona com armas ou se deve acreditar cegamente nos oficiais do Comando Operacional do Continente, no major Dinis de Almeida e no capitão Fernandes, este aqui mencionado unicamente pelo devio das mil armas em "bolsões" colocadas na opinião de Otelo Saraiva de Carvalho. O povo português é que desconhece que "bolsões" sejam essas. E aqui recordamos parte da mensagem de Costa Gomes às Forças Armadas. A mensagem é —

Número 3 — Se um militar se apresenta diante do povo para a força à sua própria opção política; se atropela a sociedade láta pelo povo, para lhe impor qualquer solução que ele não aceita nem quer na sua maioria, então não diga que é revolucionário... e no número 7 — "Se um militar não aceita conscientemente que o cumprimento da missão que atrai de cada um dos Comandantes é transmitida, é transmitida a soberania da Revolução. Se sempre que recebe uma ordem a

avalia apenas à luz do caso particular que vive e dessa avaliação se deixa influenciar por opiniões sectárias ou dominar por medos físicos que procura confundir com acordos pseudo-progressivos se quando é chamado a cumprir uma missão, suspese o contacto geral em que realmente se inscreve a Revolução portuguesa e não coloca como critério base de apreciação o facto da Revolução, sendo julgando que é revolucionário, está a ser objectivamente contra-revolucionário e acriar dificuldades a que se atija em Portugal uma verdadeira sociedade sem classes, onde não haja mais lugares para a exploração do homem pelo homem".

Perguntamos agora quem é que faz divisionismo e se a verdade que interessa a todo um povo alguma vez pode ser factor de divisão? Perguntamos ainda se o falar constantemente em divisionismo não encobre precisamente o não querer ouvir a voz das massas revoltadas, mas antes escutar a voz do ditador que em cada um de nós grida de vez em quando e com especial insistência naquelas que por missão têm sempre ao seu alcance um depósito de material de guerra?

Perguntamos ainda se à imprensa com que Dinis de Almeida aqui recorre numa conferência de imprensa que depois havia de ser transmitida pela TV no seccional de maior impacto, compreendendo a sua atitude com palavras de outros intervenientes no mesmo drama, não contribuiu para o descrédito das Forças Armadas, no medida em que se verifica a falta de profundidade, a mistura com graves acções (caso CIAAC), falta de exactidão e acção com uma que outra "meçada"?

Curiosamente, o "Diário de Notícias" de terça-feira passada, ao referirse em farrago de primeira página ao alto (no lugar de maior destaque) à instabilidade da situação politico-militar acusava o EXPRESSO de "retencional de uma campanha de alarmismos e boatos". Como não gostamos de expagar quem nos lê transcrevem o que a esse respeito dizia o matutino da Av. da Liberdade: "A instável situação politica ou militar ter-se-á agravado a partir de sexta-feira passada. Por sua lado, o encerramento do Centro de Instrução e Condução Auto do Porto e o apelo ao encerramento de outras unidades progressivas através de uma campanha de alarmismos e boatos, alguns deles veiculados pelo jornal EXPRESSO..."

Relate-se o "D.N." à nossa notícia sobre Beírolas, que, contudo não investigou. No entanto, o matutino "Diário de Notícias" é desmentido frontalmente nesse respeito da pelo CEMA sem possibilidades da sua parte de contrapor. Para que o leitor seja esclarecido de informação do "Diário de Notícias" vamos transcrever a nota do Chefe do Estado-Maior da Armada.

"Por serem totalmente falsas, o gabinete do CEMA desmentiu as notícias publicadas nos jornais "Diário de Notícias" e o "Seculo" do dia 4, respectivamente, na página 7, quinta coluna, "Marinheiros não apertam o VI Governo", e na página 3, terceira coluna, "CDAP toma posição". Não retira a fim de "reticular alarmismos e boatos" Quem quer que tire as conclusões sobre quilo os jornais que estão ao serviço do povo ou o pretendem manipular.

Grave incidente em Beirolas com levantamento de armas

NA TARDE de ontem, um grupo de militares do CIAAC, comandado pelo capitão Godinho e sob a supervisão de um oficial do COPCON (major Vargas Cardoso) apresentou-se no Depósito Geral de Material de Guerra de Beirolas para levantar 3000 G3, para defesa do seu quartel. Eram portadores de uma credencial assinada pelo general Otelo, sendo esta requisição parte de um plano de equipamento de unidades que foi elaborado pelo COPCON.

Apareceu então o major Dinis de Almeida (RALIS), acompanhado do capitão Matos Gomes (ex-oficial dos Comandos) que, depois de ter insultado e «desafiado para os tiros», tanto o major Vargas como o capitão do CIAAC, exigiu ao coronel comandante do DGMG que não cumprisse a ordem do general Otelo e recusasse o fornecimento de armas. Na verdade, os militares do CIAAC abandonaram Beirolas sem poderem levar as armas que lhes tinham sido distribuídas.

Durante as violentas discussões travadas, o principal argumento apresentado por Dinis de Almeida foi o seguinte: como é inevitável a guerra civil, quanto maior for o potencial de fogo que estiver à sua disposição, menores serão os custos em sangue pois tem a certeza de que a vitória será sua. O major Dinis de Almeida exigia que, no mínimo, a entrega dessas armas fosse adiada por 24 horas.

Recorda-se que, segundo fontes fidedignas, que este oficial

tem declarado que está preparado para armar populares com as armas que se encontram em Beirolas, de onde já saíram alguns milhares de metralhadoras com destino desconhecido.

Posteriormente, realizou-se uma reunião no CIAAC para estudar a situação e analisar as implicações do facto de o oficial do RALIS considerar essa unidade como um inimigo potencial.

A notícia que EXPRESSO publicou na semana passada

República das bananas

Depois de haver sido recebido pelo primeiro-ministro, Dinis de Almeida declarou a órgãos de Informação: "Bem, nós partimos do princípio de que a Informação,

desde que seja comum, aproxima as pessoas honestas, e porque estamos efectivamente a viver momentos graves no país, não temos o direito porque Portugal não é nenhuma "República das Bananas", não temos o direito de provocar uma guerra civil e muito

menos consentir que outros a provoquem".

Não sabemos o que o major Dinis de Almeida quer dizer na sua com a expressão "República das Bananas" mas segundo o nosso conceito este major actua como se em tal república estivesse. E não apenas etc. Sendo vejamos:

EXPRESSO

Chamamos a atenção do leitor para a notícia que publicamos no sábado passado e aqui reproduzimos em fotocópia. Elementos fulcrais da mesma são que um grupo de militares do CIAAC, comandado pelo capitão Godinho e sob a supervisão do major Vargas Cardoso do COPCON, apresentou-se no DGMG para levantar 3000 G/3 para defesa do seu quartel; que Otelo se havia comprometido que esta requisição fazia parte de um plano de equipamento de Unidades sob o comando pelo

COPCON; que o major Dinis de Almeida se opôs ao cumprimento de tal missão depois de ter insulhado e desafiado para os seus tanto o major Vargas como o comandante do CIAAC; que o major Dinis de Almeida exigiu ao coronel comandante do DGMG que não cumprisse a ordem do general Otelo e recusasse o fornecimento de armas; que o argumento principal de Dinis de Almeida fora que, sendo a guerra civil inevitável, quanto maior fosse a potencialidade de fogo que estivesse à sua disposição (o CIAAC, certamente) menor seriam os custos em sangue pelo

que teria a certeza de que a vitória seria sua; que o major Dinis de Almeida exigiu no mínimo um adiantamento de 24 horas; que, segundo fontes fidéjussas, este oficial declarou que estava preparado para armar os populares com as armas que se encontravam em Belén; que de Belén já saíram alguns milhares de metralhadoras com destino desconhecido; que, posteriormente, se realizou um reunião no CIAAC para estudar a situação e analisar as implicações do facto do RALIS considerar essa Unidade como um balcão potencial.

Entra em cena o COPCON

Para, segundo diz, "reper a verdade dos factos", o COPCON tal com um comunicado que via, também, "um correcto esclarecimento do público". Começa por dizer que considera falsa e

speculativa a maior parte do conteúdo da notícia do EXPRESSO que "as armas a levantar pelo CIAAC não se destinavam nem se destinam à defesa do quartel, dado que a Unidade dispõe de armamento mais do que suficiente para o fazer, mas apenas a ser ali guardado, em arrecadação, face a um planeamento que, como é conhecido, se encontra em

execução, de distribuição de armamento automático-ligeiro a Unidades militares do-país que, em caso de emergência e à responsabilidade destas Unidades, seja por sua distribuição ordenadamente às populações das suas áreas de actuação para defesa armada das liberdades já conquistadas pelo povo português ao longo destes 17 dolorosos meses de Revolução".

Na notícia do EXPRESSO (coordenar-se com o que acima diz o COPCON) lê-se que militares do CIAAC "eram portadores de uma epidemia causada pelo general Otelo sendo esta epidemia parte de um plano de equipamento de Unidades que foi elaborado pelo COPCON". Mais se escreve que as três mil G-3 eram para defesa da Unidade. O COPCON nega que fossem para defesa do quartel. Segundo os manuais da milícia, tradicionalmente entre nós por armamento de defesa de uma Unidade militar deve entender-se o conjunto de armas individuais ou colectivas distribuídas aos militares ou aos serviços operacionais de rotina e as armas e munições armazenadas em paiol ou outro armazém, isto é, de reserva. Só estranha-se que o COPCON o desconheça por outro lado, ultrapassando esses manuais falar em defesa de uma Unidade implica situar o fenómeno aqui e agora, que é como quem diz, na defesa da Unidade enquadrada no presente processo político em que a união POVO/MFA tem concreto e não em abstracto possa ter condições reais de viabilidade. Essa Unidade militar estaria em perigo sempre que perigarem as suas liberdades de que fala o comunicado do COPCON. Quando o povo corre perigo, corre perigo a Unidade e vice-versa, como palavras que são (ou deviam ser) na mesma canchinha.

Acontece, porém com muitos dos nossos oficiais que, estando a fazer um enorme esforço para assegurar a revolução, a unidade, a voluntariedade, a revolucionariedade ainda os não penetram nas causas mais profundas em virtude de um passado longo de actuação contrarrevolucionária, enquanto servidores manipulados do estado colonial-fascista. Entendem por isso expressões tais como "defesa da Unidade" no mesmo sentido que tinham no tempo de Salazar e Carmona. Qualquer iniciado na psicologia do profundo, aplicada à linguagem enquanto símbolo do que vai ao mais interior da pessoa, se apercebe da contradição enorme que leva dentro de muitos dos nossos militares de cujas boas intenções não duvidamos. São, no entanto, os testes projectivos que constantemente nos alertam, porque eles escram, em espírito espelho que os ajuda a eles e a nós a caminhar para a frente.

O EXPRESSO tinha razão ao dizer que era para defesa da Unidade, quer no sentido tradicional, quer no sentido revolucionário e o COPCON não tem razão.

Estamos em crer no entanto, que chegará o tempo em que o COPCON conhecedor da terminologia tradicional, conseguirá recriar-se totalmente da existencialidade revolucionária que, depois forçosamente e como que por instinto, aplicará a todas as situações, isto nos garantem as suas concepções e uma crítica considerável ao nível da psicologia revolucionária, pois o encontramos nos diferentes a militar, regra geral, com os trabalhadores.

Quem mente?

Diz o comunicado do COPCON: "Interrogado o sr. Major Dinis de Almeida afirma não ter desafiado para os tiros IN. da R.: a expressão, desafiado para os tiros. É do EXPRESSO o sr. major Vargas Cardoso responder..."

EXPRESSO

Embora tivéssemos sido informados desta atitude do major Dinis de Almeida, tal não nos custou a admitir dado o comportamento impulsivo do oficial do RALIS. Ainda esta semana, quando um helicóptero bordejava

Cardoso mas que apenas, dada o desenganamento que então verificou, vulgar entre, cansado excepcional período de rasto que se vive no país, disse o sr. major Vargas Cardoso que definiu os seus actos de armas e de... Mas vejamos como Vargas Cardoso conta o detalhe para os

"Estou farto de cowboyadas"

Um dos principais protagonistas do incidente foi o major Vargas Cardoso que, no entanto, não foi convidado para a conferência de imprensa da qual, diga-se de passagem, nem Dinis de Almeida, nem os camaradas conseguiram desdesenvencilhar-se cabalmente. Em carta que escreve ao general Otelo, o major Vargas Cardoso diz textualmente: "Considero ainda lamentável e violador dos mais elementares princípios do bom senso, o facto de essa conferência se ter realizado nas minhas costas, quando sou uma das partes envolvidas". Se é possível convidado o major Vargas Cardoso, a acusar pelo carta que escreve ao comandante do COPCON, talvez o EXPRESSO não tivesse sido solicitado demagogicamente para outros escorrem a água do copete. O major Vargas Cardoso depois de narrar as circunstâncias da sua presença em Beiróis e de nomear brevemente certos funcionários com quem estava a conversar naquele Depósito escreve: "Fui interpelado subitamente pelo sr. major Dinis de Almeida, que ali apareceu fardado e armado. Comprometimo-me e perguntou-me: 'Então vão XXXX?' Respondi afirmativamente, acrescentando que cumpria uma ordem do CIAAC."

"Então o sr. quer provocar uma guerra civil?" replicou o meu interlocutor. Respondi: "Nem

Para o COPCON o incidente não tem consequências de maior.

Segundo o COPCON "o incidente, sem qualquer consequência de maior e logo apagado, serve uma vez mais gulosamente à desenfreada especulação por parte dos órgãos de informação, avidos de sensacionalismo para aproveitamento político e ínterna satisfação por parte de alguns sectores da população portuguesa".

Neste particular queremos dizer ao COPCON e julgamos que

pensar nisso. Não são essas minhas intenções. Estes cumprimentos de uma missão não foi atribuída e se o sr. não tem dúvidas, podemos ir COPCON para ser esclarecido junto do nosso General... "Logo me apercebi que o sr. major Dinis de Almeida — veja-se dita — manifestava evidente nervosismo e excitação. Tinha sensação de que o sr. major actual momento político que se intensamente, deve ter prestado por todos os lados, e sabendo que penso bastante impulsivo, dei-lhe procurei o diálogo, evitando discussão. Na sequência afirmou sr. major Dinis de Almeida que armas só seriam dadas se o silêncio e quando chegasse ao de V. E. A., voltando-me a falar para lenho ao COPCON tendo assunto e clarificar assim a situação, o que foi recusado pelo oficial do RALIS que dita se o da situação: "Não tem uma pista? Vá buscar uma e devolva-se".

"Estou farto de cowboyadas" respondi, acrescentando que estamos no Século XVI ou XII no tempo de Luís Quilotes ou para nos baíremos em duas pousadas dos dyman... Tentou silenciar o termo, recordo-me de quando do 11 de Março, ele sr. Dinis de Almeida, procura diálogo com o inimigo — pois que não era aqui a minha".

O pródigo capitão Marcos Gomes assistiu a parte da que ocorreu-se para contactar o sr. Dinis de Almeida por o comando de momento muito excitado.

para o mesmo fosse líquido que jornal que se preze tem obrigação de dar a conhecer ao povo que aquilo que envolve os deuses deuses mesmo povo, como é o de que aqui estamos a tratar, sensacionalismo resulta do facto de se tratar uma polémica de militares sob armas de fogo servem ou deviam servir para a defesa das populações. A parte sector da população portuguesa vê com satisfação semelhantes atitudes e a população civil, voluntariedade, que factos não alimentam.

Admiramos que o COPCON considere este incidente sem consequências de maior a nível de base. Não pensamos assim, nem o major Vargas Cardoso nem o CIAAC.

Indisciplina

DAAC, em comunicado a respeito do levantamento das dependências G-3 de Beirivas, afirmou que devia ser feita pelo major Vargas Cardoso por ordem do COPCON diz: "Não tem culpa por hábito de obedecer a ordens recebidas, mormente as ordens de S. Ex.ª, o Presidente República e do COPCON. Mas, os militares sentem-se no direito de perguntar e esperar que os seus superiores lhes respondam: Quem é o sr. major Igradual Dinis de Almeida para se permitir tomar imprudentemente, ao mesmo tempo, as atitudes de insubordinação que tomou no DGMG em Beirivas?"

A que título e com que autoridade se deslocou lá e bem ali o capitão Matos Gomes,

recentemente saído dos Comandos visto ambos serem estranhos aquele Depósito?

— A que título é que foi autorizada a realização e difusão de uma "conferência de imprensa", dada num estabelecimento militar pelos oficiais desse estabelecimento e outro estranho ao mesmo, sobre uma ocorrência de carácter estritamente militar passada através dum estabelecimento militar?

— Onde está a lealdade e a camaradagem entre militares ao convocar-se uma conferência de imprensa para esclarecer a opinião pública, sem serem chamados todos os interventientes?" Prossequindo com o comunicado, os militares do CIAAC afirmam que tais atitudes em nada contribuem para a coesão indispensável no seio das Forças Armadas e para o avanço do processo revolucionário.

NOVO O COPCON

No número 5 do seu comunicado em crítica que dirige ao "Jornal" afirma o COPCON:

"É facto ter havido qualquer exigência por parte do sr. major Dinis de Almeida para que houvesse, no mínimo, um adiamento de 24 horas para a distribuição do armamento ao CIAAC".

EXPRESSO

Em um propósito chamamos a atenção do leitor para o número 5 do comunicado do CIAAC que em referência ao caso desta unidade, o general Otelo, foi apanhado e adiantamento de 24 horas exigido pelo major Dinis de Almeida, como manteve a ordem para o levantamento das dependências que, por razões burocráticas, ficou definitivamente marcada para segunda-feira, 6 de Junho e foi posteriormente adiada. Antes deste período, portanto, não um outro no mesmo comunicado em que se critica a falta do general Otelo, período em que é de seguida teorizado, a maior angústia e preocupação sentem-na os militares do CIAAC relativamente ao general Otelo Soares de Carvalho e como que se habituaram a obedecer e a servir, pelas suas atitudes, tomadas em situações particularmente difíceis — face ao comunicado do COPCON difundido na noite de sábado, já que era completamente oposta a sua pos-

ição perante o caso (de que se manteve permanentemente informado) antes da referida Conferência de Imprensa". E mais adiante "E também de salientar que, contrariamente ao referido no comunicado do COPCON as ordens expressamente transmitidas ao CIAAC foram de que os 3 000 G-3 não são para distribuir, sobre ordem expressa do COPCON, antes ficando a responsabilidade da Unidade — por razões de segurança que o DGMG não oferece para os elevados quantidades de armamento ligeiro que aliada mantem em depósito — para o que foram adaptadas no aquartelamento de Cascais especiais medidas de segurança com vista ao seu armazenamento".

Através do CIAAC o povo português fica a saber que em Beirivas não há condições de segurança para tanto armamento.

Vargas Cardoso

O incidente que o COPCON considera sem consequências de



Oleio: o COPCON em causa num comunicado à pressa



Dinis de Almeida para o major Vargas: "Vá buscar uma pistola e defenda-se"

maior leva o major Vargas Cardoso a escrever ao general Oleio, como já acima relatámos. "Do meu ponto de vista, escreve ainda Vargas Cardoso a Oleio, este incidente imprime um duro golpe nas condições que considero essenciais para o cumprimento da missão para que fui escolhido por V. Exa. A acção do sr. major Dinis de Almeida funciona como pressão no sentido de não ser cumprida uma ordem que eu receberei. Porque de duas uma — ou não cumprirá a ordem — como aconteceu — e as armas continuarão em Beirões à mão de semear, como de certo modo se pode considerar que ficaram, — ou para defender a transferência do armamento cumprida a ordem de V. Exa., entra no duelo proposto pelo sr. oficial do RALIS — duelo à pistola, entenda-se, que não serve de modo algum à defesa de ideias — sujeitando ainda a re-

duzida força de escolta a possíveis confrontações com poderosos meios do RALIS, que rapidamente poderiam acudir a Beirões.

Decidi pela primeira hipótese que me pareceu a mais sensata. E não do cumprimento a uma ordem o que, para mim, é bastante grave.

Mais grave é, no entanto, não ter garantias de cumprir daqui para a frente a missão que V. Exa. me atribuiu. Poder estar sujeito a pressões daqui ou dali quando apertadamente procurar, com o "agrément" de V. Exa., entregar x armas a esta Unidade ou a aquela. E o que fez o sr. Major Dinis de Almeida, pode faz-lo qualquer comando de Unidade.

Sinto, meu General, que, em condições como estas, não posso cumprir a missão que V. Exa. me atribuiu e que acabei partindo do princípio de que nem o bom povo dos Olivais, nem os pescadores de Cascais, nem os operários da Socie-

dade da Dançala, têm o monopólio exclusivo da defesa da Revolução do povo português, como o não terão os ministros de Aljustrel ou os sargaceiros da Apúlia. A defesa da Revolução é um monopólio, sim, mas de todo o povo — operários, camponeses, soldados e marinheiros".

EXPRESSO

EXPRESSO — Do nosso ponto de vista atinados impetuosos como este é que fazemos referência, do major Dinis de Almeida, em que há uma mistura clara de revolucionarismo romântico com forte dose de exibicionismo mal contido, só servem para atrasar os passos firmes (ou fôlbólicos) da revolução que se pretende ascender. Se incidentes como estes, dado todo o mundo que revelam existir no interior das Forças Armadas tão

coisas de pouca monta, perguntamos ao COPCON o que é que não para as consequências graves? Será que o COPCON só conseguiu ver coisas depois de feitas? Não conseguiu avaliar as causas que os produzem enquanto ainda nos são produziram? Quanto ao major Vargas Cardoso, embora tenha escrito uma curta esclarecedora, a nossa tem, profundamente, depois de haver dito o que disse e haver enviado a carta aos jornais, tenho na mesma afirmado: "Face ao exposto em 1, considero absolutamente inaceitável as intervenções de uma notícia especulativa inserida na última edição do EXPRESSO..."

Em que ficaram sr. major? Não só a incoerência mas que não? A que propósito vem o EXPRESSO para o sr. major Vargas Cardoso, quando o sr. major confirma a nossa notícia?

Dinis de Almeida acusa

O major Dinis de Almeida tem ultimamente lançado graves acusações sobre possíveis ataques ao RALIS e que são, inclusivamente, na conferência de imprensa a que nos estamos a referir e a que não assistimos por dela não haver-mos sido convidado já que nos últimos os nossos serviços estão fechados. Citamos, por isso, do "Diário de Notícias", segundo o qual Dinis de Almeida afirmou que "o sr. brigadeiro Pires Veloso e o Capitão Sousa e Castro, do Conselho da Revolução pediram ao general Fábilo um plano de operações imediato visando aniquilar e destruir o RALIS".

Conforme relata a "Capital", Dinis de Almeida disse: "a situação especial de que se reveste aqui as 3000 armas que se dirigiam para a CIAAC, foi motivo para me de suspeita, porque sabemos que na

noite de pseudo-golpe, armas do CIAAC contrariando as disposições legais sobre transferência de armamento, foram desviadas para os Comandos e de diversas formas que cambões sem recuo, da Escola Prática de Infantaria, sem conhecimento do Comandante da Regia Militar de Lisboa, foram também desviadas para o Regimento de Comandos..."

Entretanto o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fábilo afirmou em comunicado, desmentindo Dinis de Almeida: "Em relação a algumas afirmações proferidas pelo sr. major Dinis de Almeida no decurso de uma conferência de imprensa comodiada sábado passado, em Beirótas no Depósito Geral de Material de Guerra, o CEME esclarece: Não ser verdadeiras serem o senhor brigadeiro Pires Veloso, comandante da Regia Militar do Norte e o sr. capitão Sousa e Castro, membro do Conselho da Revolução solicitou ao CEME um plano de operações imediato visando aniquilar e destruir o RALIS"...

EXPRESSO

Pretamos e talvez desejamos continuar a dissecar este processo em torno da notícia por nós publicada. O que aí fica é mais do que suficiente para o leitor assustar-se que tudo está a razão. Por outro lado, no que se refere a alarmismos e tendo em conta cartas, comunicados e conferências de imprensa, vindas de militares não portugueses: quem os provoca? Lamentamos também que muitos dos órgãos de informação se limitem, para e simplesmente, a ser veículos de comunicados sem ficarem sobre eles uma pesquisa acerca dos fundamentos em que se apoiam. A revolução faz-se com a verdade das situações e as manipulações, tanto ou cedo vêm sempre ao de cima.

Para terminar apenas um ligeiro comentário ao n. 6 do comunicado do COPCON que afirma: "É inteiramente falso terem saído de Beirótas, com destino desconhecido, algumas milhares de metralhadoras. Tal notícia, além de falsa e profundamente alarmista, sem que possa ser vislumbrada a sua utilidade para a revolução em curso

pela maior tranquilidade que pode levar à população".

Será que para o COPCON é alarmismo pôr o povo português perante o facto de que armas estão a ser desviadas dos depósitos onde são guardadas (Beirótas diz o major Vargas que não oferece condições de segurança a fim de que este mesmo povo pressione as autoridades militares no sentido de as guardarem convenientemente a fim de apenas serem usadas em defesa de todo um povo? Já não se alarmou o COPCON com o facto dos depósitos ou de um depósito mal guardado?

Quanto aos milhares de metralhadoras saídas de Beirótas com destino desconhecido, recorde-se o que aconteceu com o capitão Fernandes que, desviando as que pôde, confiou-as em entrevista ao "República" de 24 de Setembro de serem pelo menos mil acrescidas que existe "um número de armas desviadas que circula em todos os meios não apenas políticos mas até nos próprios órgãos de Comunicação Social..."

Final quem tem razão?

PEREIRA, Almeida

Timor-Leste vítima de uma descolonização cometida pela política dos compromissos

“Estabilidade geo-política” versus Independência Nacional

TIMOR-LESTE regressou de novo às primeiras páginas dos jornais devido aos recentes acontecimentos verificados numa das cidades de fronteira com Timor-Indonésio e que envolveram forças militares deste país (que aliás, como é seu hábito, se apressou a desmentir) e forças da FRETILIN.

Significará esta ofensiva indonésia uma nova pressão sobre o actual Governo Provisório com o objectivo de lhe “recordar” os compromissos que os seus predecessores se vincularam a respeitar (a famosa tese do “respeito pela estabilidade geo-política da área”)? Isto em vésperas de Vitor Crespo se encontrar em Lisboa com uma delegação da FRETILIN que exigirá certamente ao Governo Português o respeito que este deve observar pela vontade do povo de Timor. O futuro próximo confirmará ou não. No entanto, adiantaremos um breve balanço duma política de descolonização, que neste caso se tem orientado mais pelo “respeito pela estabilidade geo-política da área”, em detrimento do respeito pela vontade do povo de Timor.

EM 1959, quando nas antigas colónias portuguesas de África se organizavam Movimentos de Libertação, tais como o MPLA, PAIGC, FRELIMO e MLSTP, também em Timor-Leste despois de um Movimento emancipalista que eclodiu estemporaneamente na revolta de Uato-Lari. Por não existirem ainda criadas as condições para a existência dum Movimento desse tipo a revolta foi reprimida violentamente tendo as autoridades portuguesas reforçado o seu aparelho repressivo naquela colónia enviando contingentes militares, aumentando as actividades da PIDE e desenvolvendo uma intensa campanha de acção psico-social. Ao mesmo tempo que na imprensa se denunciava um esforço, de mentalização "portuguesa", à força a juventude de Timor e adormecer a consciência popular.

A partir dessa época as aspirações à independência do povo Timor só pode tomar formas camufladas de contestação, em grupos e organizações desportivas, recreativas e outras manifestações marginais.

A ofensiva contra o colonialismo português desencadeada nos primeiros anos da década de sessenta, nomeadamente em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, conjugada com a luta do povo português contra o fascismo e a guerra colonial levou, como é do conhecimento geral à eclosão em Portugal do golpe militar de 25 de Abril.

Face às novas condições históricas, reunem-se, em Timor-Leste, as forças dos elementos mais conscientes numa organização: a ASDT (Associação Social Democrata Timorense). Assim, em 20 de Maio de 1974, a ASDT é

fundada baseando-se nas doutrinas universais do Socialismo e da Democracia, e norteada pelos seguintes princípios: direito à independência e rejeição do colonialismo e prevenção activa contra o neo-colonialismo.

Em vários pontos do território, criam-se delegações da ASDT — célula da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste) que apesar da repressão e do apoio governamental à UDT, (União Democrática Timorense), começam a fortalecer o ideal de independência, aglutinando dessa forma todos os patriotas numa ampla frente anti-colonialista. Por imperativo do avanço da luta tal frente viria a proclamá-lo em FRETILIN em 10 de Setembro de 1974, na base da seguinte posição:

"A Associação Social Democrática Timorense (ASDT) considera-se intérprete dos mais profundos anseios do Povo de Timor-Leste e em nome desse povo assume-se todos e legítimos representantes do Povo e passa a designar-se Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN)".

A Frente no interior alarga-se com a criação de centros piloto nalgumas zonas do país onde se dá início à prática cooperativista no domínio da produção agrícola, assistência sanitária preventiva e curativa e escolarização acompanhada de campanhas de alfabetização.

No estrangeiro é criado o Campaign for Independent East Timor (CIET); na Austrália, que dinamiza uma ampla actividade externa em colaboração com os Comités de luta anti-colonial e anti-imperialista, não só nesse país, como na Europa, África e América.

A Indonésia e a "Estabilidade da Área"

Ao mesmo tempo que o 25 de Abril criava novas condições para o desenvolvimento da luta pela independência do Povo de Timor-Leste e principiavam a suboçar-se nesse país movimentações no sentido de organizá-lo para tal tarefa, no Parlamento da Indonésia, pela voz do seu Vice-Presidente, John Naro, e pela primeira vez, o território de Timor-Leste era reivindicado como parte integrante da República da Indonésia "devido à sua localização geográfica". A APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) na altura, ainda não existia.

Tais reivindicações originam uma vaga de protestos em Timor-Leste. Algumas semanas após as declarações do parlamento indonésio surge então em Timor-Leste a APODETI como o lema de Sabang Merauke (regiões da Indonésia situadas no extremo Oeste e Leste, imediatamente contígua pela ADST (german da FRETILIN), contestação essa não atendida pelo MFA em Timor, ao tempo representado pelo então major Arnão Metelo.

A preocupação dos dirigentes indonésios não se limita aos debates no Parlamento. Com efeito a Indonésia faz desloca a Portugal um representante do seu Governo que mantém conversações com elementos do Governo Português (J CP, de Palma Carlos), continuando aliada a ser do desconhecimento público qual o teor dessas conversações. Porém, presume-se que algo teria sido garantido à Indonésia pois desde que, por parte do Governo Português, se começou a falar na "Estabilidade da Área" as pretensões da Indonésia quanto à integração de Timor-Leste não voltaram a ser referidas.

Ao que parece, por outro lado, tal comportamento não pode ser dissociado do apoio e protecção que a então UDT — organização surgida após 25 de Abril — e defensora da tese federalista — gozava entre o Governo Português, à remanência dos vários mini-partidos "nacionais" do 25 de Abril que em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique que advogavam a solução spinolista do federalismo.

Apesar de tudo, a APODETI continuava a desenvolver as suas actividades mas grado a Indonésia não mostrar grande interesse no curso dos acontecimentos, uma vez que a solução federalista parecia fr determinar o futuro político de Timor-Leste.

A queda do Governo Palma Carlos, a promulgação da lei Constitucional 7.74 de 27/74, que consagra o direito dos povos coloniais à Independência, o reconhecimento da República do Guiné-Bissau e o início das con-

versações com os outros Movimentos de Libertação vieram alterar o equilíbrio de forças entre por um lado os defensores da Independência (ASDT) — por outros e os federalistas (UDT) os quais, perante a nova situação, reformulam as suas teses, passando então a defender a Independência de Timor-Leste duma forma indefinida.

Texto e entrevista de Almeida Perucho

Origem da aliança táctica FRETIN-UDT

Após o "26 de Setembro", e devido à remodelação operada então no Governo do Leste, é nomeada para Timor-Leste uma nova equipa governamental chefiada pelo coronel Lemos Pires que passa a defender a formação de uma "Frente Unitária" que reunisse a FRETILIN, a UDT e a APODETI, considerados como "partidos irmãos".

Tal acção permitiu uma liberalização nas actuações partidárias. Corresponde também a essa fase o ataque da Indonésia não só à FRETILIN e à UDT, mas também ao Governador Lemos Pires e às Forças Armadas Portuguesas chegando aquele país a acusa-las de comunistas.

Simultaneamente a esse ataque a Indonésia prossegue a sua campanha de intimidação acausando com o levante de Timor-Leste. Ao eibos do povo Timor a APODETI surge então claramente como o inimigo principal já que o imperialismo actuava apenas através dessa organização política. E neste contexto que surge, então, a coligação FRETILIN-UDT, a 22 de Janeiro deste ano, tendo como objectivo combater a APODETI.

A coligação foi para o imperialismo um duro golpe na medida em que a FRETILIN, devido à sua linha política e melhor organização, consegue obter uma certa ascendência sobre a UDT ao mesmo tempo que o isolamento da APODETI se acentuava.

A opção Independência total e completa defendida pela FRETILIN ganha então um novo impulso posto em perigo, do ponto de vista do imperialismo, os seus interesses na Área. Não tardam, portanto, a surgir as manobras com o intuito de minar a coligação e ganhar declaradamente

Esta alteração na relação de forças traz algumas preocupações à Indonésia que passa então a apoiar abertamente a APODETI e a atacar a FRETILIN e a UDT. Para tal utiliza emissões da rádio Kupang — capital de Timor-Indonésio — o órgão oficial do exército indonésio "Berita Yuda" e o aliciamento das populações, através da distribuição de gémeos alimentares (açúcar) e rádios receptores.

Ao nível interno o Governo do temente-coronel Niveu Herdade —, no dizer de alguns observadores —, seguindo a política do seu antecessor, coronel Alves Almeida, passou a privilegiar a UDT e, segundo a FRETILIN, a "perseguir ferozmente" os seus militantes "chegando facilmente a julgamento de alguns membros do Comité Central".

para o campo do imperialismo a UDT, como aliado na defesa de uma Independência de tipo neo-colonial.

A referida aliança táctica firmada pela FRETILIN e pela UDT em 20 de Janeiro do corrente ano consistia de um pré-embulo onde se relevava a luta de cinco séculos do povo de Timor-Leste sob o domínio colonial e se considerava que o exercício do poder colonial somente resultara na exploração das riquezas, opressão do Povo Timor, obscurantismo secular, atitudes da cultura, miséria, fome, doença e morte prematura; que todos estes males somente podendo ser combatidos com a erradicação total da sua causa principal — o colonialismo; que o povo Timor só se poderá libertar do colonialismo, se unir todos os seus esforços para a prossecução do objectivo comum — a Independência Nacional.

Tendo em vista esses considerandos a FRETILIN e a UDT acordaram as seguintes bases de coligação:

- "1. — Independência total para o Povo de Timor-Leste ou Timor-Leste, designação esta adaptada pela UDT.
- "2. — Repúdio da Associação Popular Democrática de Timor por defender ideais integristas e neo-colonialistas, contrários aos verdadeiros interesses do Povo de Timor-Leste e à Carta das Nações Unidas.
- "3. — Rejeição da integração em qualquer potência estrangeira, nomeadamente na Indonésia, mas, de futuro, após Independência, serão aceites todos os esforços no sentido de se promoverem relações de amizade, boa vizinhança e cooperação com todos os países do mundo incluindo Indonésia.
- "4. — Repúdio do colonialismo, neo-colonialismo e imperialismo; introdução de novas estruturas políticas, económicas, culturais e sociais verdadeiramente democráticas, em substituição das actuais estruturas coloniais para a reconstrução e desenvolvimento de Pala.

"5. — Reconhecimento de Portugal como único interlocutor válido no processo de descolonização; estabelecimento de acordos de cooperação em todos os níveis para benefício dos Povos de Timor-Leste ou Timor-Dil e de Portugal; adopção de língua portuguesa como língua oficial no Timor-Leste ou Timor-Dil.

"6. — Recurso à ONU para acompanhar Portugal no processo de descolonização com vista à independência nacional para o Povo de Timor-Leste ou Timor-Dil. A coligação reserva-se, no entanto, o direito de solicitar os países membros que deverão tomar parte na Comissão de Supervisão estando já assente que não deverão participar os países da ASEAN; as grandes potências e outros sub-influências da Indonésia incluindo a Austrália.

"7. — Formação de um Governo de Transição através de negociações em Lisboa entre o Governo Português, a FRETILIN e a UDT.

"8. — Acções internas:

"a) Criação de uma Comissão "ad hoc", com igual número de membros dos partidos coligados, encarregada de supervisão dos programas de saúde, educação, artigos para divulgação através dos órgãos de informação;

"b) Não agressão ideológica e respeito mútuo pelos programas e ideologias;

"c) Cooperação em sentido de se promover a consciencialização política do Povo, orientada para a Independência Nacional;

"d) O Timor "Partegado" passar a chamar-se "TIMOR-LESTE" e os seus cidadãos "TIMOSES".

Razões políticas da ruptura da coligação

No decorrer duma Conferência de Imprensa concedida recentemente em Lourenço Marques o Vice-Presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato, explicou as razões da relativa facilidade com que o imperialismo tinha conseguido encontrar na UDT um aliado, pois, segundo afirmou, esta associação política "canalada socialmente favorecida pelo colonialismo, nomeadamente os antigos colonos, os seus descendentes, possuidores de grandes plantações de café e os grandes funcionários da administração colonial, cuja preocupação era investida na exploração das plantações de café ou criação de gado e cuja influência nos sectores económicos era imensa".

A UDT ao aliar-se ao imperialismo para combater como inimigo principal a FRETILIN passa a contar com o apoio da APODETI que quanto à sua composição de classe é caracterizado do seguinte modo por Nicolau Lobato:

"A estratagem social dos Edores da APODETI é comparável à da UDT: alios funcionários, régulos, grandes proprietários das plantações de café ou coco e criadores de gado. A diferença reside apenas no facto de os apodetistas terem estreitas afinidades de interesses no país vizinho, a Indonésia, a esmoço da parte de vista de classe, dentro do contexto nacional e territorial do nosso país apertado a APODETI da UDT. Acenosa,

portm, que a APODETI identifica-se de certa maneira, com a burguesia dum país estrangeiro, forte economicamente, contra quem a UDT, uma burguesia incipiente, portanto sem forças económicas relativas, não pode competir. E nesta contradição de semelhança por um lado e de oposição por outro, que se explicam as aproximações e afastamentos aproximados e repulões, os valores entre a APODETI e a UDT".

Para além das razões de fundo acima expostas que estiveram na origem da ruptura da aliança tática FRETILIN-UDT outras se verificaram. Assim, após a coligação, a Indonésia intensificou as campanhas de intimidação chegando mesmo a concentrar tropas na fronteira de Timor-Indonésia, ao mesmo tempo que a APODETI reivindicava insistentemente o "referendum" para Março de 1975.

Porém, tais campanhas vêm reforçar a FRETILIN do Povo timorense no sentido da independência nos termos propostos pela FRETILIN e que leva ao progresso isoladamente da UDT. A situação de isolamento dos dirigentes udetistas aquilo que a FRETILIN considera "falta de garantias por parte de Lisboa" e a recusa por parte daqueles em abdicar dos seus privilégios tornam-nos presa fácil do imperialismo que não hesita em apostar noutra situação para o futuro político de Timor-Leste: a Independência neo-colonial.

Efectivamente, esta última solução apresenta-se mais viável uma vez que, gradualmente, o Povo timor tinha opido claramente pela Independência e a UDT estava disposto a aceitar a integração pacífica na Indonésia. Por outro lado o Governo Português mostrava-se interessado numa descolonização que conduzi-se à Independência por esta ser a solução mais lógica e mais sã.

E pois neste contexto que se inseriu a visita da delegação indonésia chefiada pelo coronel Suharto em Abril deste ano a Timor-Leste onde conferenciou com a coligação. Nessa altura o coronel Suharto chegou a afirmar: "sendo a vontade do Povo timor a Independência, o Governo Indonésio aceita essa opção".

No sequência desta visita e respondendo ao convite formulado pela delegação indonésia, as representações da UDT e da FRETILIN visitaram, separadamente, aquele país. E nessa altura que surgem as primeiras divergências entre os componentes da Coligação. O presidente da UDT toma a "iniciativa" transgredindo um dos pontos dos acordos de Coligação ao afirmar que o seu partido não se importava de se aliar à APODETI para combater a FRETILIN, acusando esta de comunista.

Por seu turno, o Secretário-Geral da UDT recusa fazer parte duma delegação conjunta da Coligação que iria procurar apoio junto dos países africanos, progressistas, especialmente junto dos Movimentos de Libertação das ex-colónias portuguesas.

No regresso da delegação da UDT da visita à Indonésia a FRETILIN exige um desmentido formal das afirmações então proferidas o que não se verificou.

Clareira de Macau: "Dividir para reinar"

Entretanto, o Vice-Presidente do FRETILIN segue para África, com a delegação da UDT, ao mesmo tempo que o Governador Leites Feres prossegue as negociações preliminares para "uma clareira de luz sobre a situação concreta e definir o processo de descolonização".

Tal proposta é contestada em 29 de Maio deste ano pelo Vice-Presidente do FRETILIN, secretária nacionalista ao "Diário da Manhã", de Lisboa, nos seguintes termos:

"Transacções e como Vice-Presidente do FRETILIN considero bastante estranho e subalternidade da submissão do processo de descolonização arranjado durante um ano ou a submissão paralisar para África, não se

trabalha referido por Nicolau Lobato não, segundo o FRETILIN, e intenção de voltar que aquela Feres não reforçada para as negociações com o apoio diplomático dos países progressistas de África e do mundo, possivelmente contrapropor-tos não, e pelo das palmas na linha de imperialismo que ignoram a situação nacional".

Durante o chamado período de "negociações preliminares", o major Vítor Alves deslocou-se a Timor-Leste como enviado especial do Governo Português e portador das seguintes directivas: participação das várias organizações políticas da Clareira, a Macau como local de encontro.

Após a curta estada em Timor-Leste (apenas dois dias), Vítor Alves, ao regressar a Lisboa, afirmou de um comunicado onde se menciona a data de Clareira de Macau e onde era dada como certa a participação da APODETI por se ter considerado que era necessário já existir "um entendimento" pelo



Aspectos das condições agrícolas em Timor-Leste sob a direcção do FRETILIN

religação. A FRETILIN, contudo, por parte de uma comissão para a situação preliminar por parte de Feres. Após alguns dias, em 1.º de Junho, todos os membros da delegação, APODETI, CAPDETI, os clareiros, Feres, Leites e o Vice-Presidente do FRETILIN, foram ainda:

reconferência de Feres, APODETI não estiverem lá, mas como diplomacia pelo FRETILIN, não houve Coligação e autonomia de Feres de apoio ao engajamento comprometimento na situação de Feres, não houve descolonização.

que os seus aliados, APODETI por parte de Feres, Leites e o Vice-Presidente do FRETILIN, foram ainda:

reconferência de Feres, APODETI não estiverem lá, mas como diplomacia pelo FRETILIN, não houve Coligação e autonomia de Feres de apoio ao engajamento comprometimento na situação de Feres, não houve descolonização.

Risques-se aqui, que a política de negociação preliminar do APODETI por parte da UDT foi retomada depois do diagnóstico, e que não constituir o acordo da delegação FRETILIN-UDT".

Como era de esperar a ruptura da coligação não tardou. Alguns dias depois das "negociações preliminares" a UDT anunciou oficialmente o rompimento definitivo.

A posição do FRETILIN face a esta atitude da UDT tornaria não se fez esperar. O Vice-Presidente da Feres, ao declarar sobre a constituição de Imprensa alternativa "Neste rompimento da coligação

não houve o dolo de imperialismo a influir e cancelar a reacção e a descolonização para reconhecer a Feres. Ainda não toda a actualidade e uma imperialismo —

divido para voltar. O imperialismo face às diversas condições em várias partes do globo, referências e relações a sua própria estratégia, tentando obter por todo o lado regimes fascistas, regimes neo-colonialistas. E não restava que o imperialismo está jogado em Timor-Leste que se põe uma independência fascista, tentando Timor-Leste uma neo-colonial".

A posição da FRETILIN em relação à cimeira

A posição da FRETILIN em relação à cimeira de Macau, que mereceu por parte do Governador português as mais acérrimas críticas, era irredutível e exprimi-se nos seguintes termos:

"Como poderemos aceitar a proposta de nos sentarmos à mesa de negociações com traidores de Povo como a APODETI, partido fachoche, cavale de Troia de imperialismo no nosso país e que defende a integração de Timor-Leste na República da Indonésia? Como aceitaríamos discutir a escolha do futuro político do nosso Povo, quando a Independência total e completa é um direito inalienável e inalienável?" — interrogava, na altura, Nicolau Lobato, Vice-Presidente da FRETILIN.

E, acrescentava, esclarecendo: "Esta é a razão porque recusamos sentarmo-nos à mesa de negociações com a APODETI. O destino político de um Povo, isto é, a Independência total e completa não se escolhe, é um direito que nasce

com o Povo. Para isso não se pode negociar. A descolonização autêntica, tem de ser total e completa. Este não é a descolonização. É o destino político de um Povo, a Independência total, que descoloniza, e não a "descolonização".

A partir de então, os responsáveis da FRETILIN tentaram por vários meios convencer a Frente Revolucionária do Povo Central, promover o "desenvolvimento" e a "esclarecimento" e a "partilha do comércio".

Recordam, ainda, a manifestação de apoio à Cimeira promovida pela UDT em Junho deste ano e patrocinada pelo Governo Local o qual os manifestantes foram armados de estilingas e flechas. Salientam que a manifestação do Povo UDT, além doutros aspectos, tornou-se uma "nova agente do Comitê Central/Partido da Cimeira".

Comentários que foram desdençados por um artigo do "Um Completo" que "dram origem a um movimento em tribunal do qual se fala de cinquenta mil

propriedade do Governo, a iniciativa da tiragem inserido o citado texto. Estas foram como outras vezes o sucesso desejado: a FRETILIN das massas. Os membros da Frente, no seu consideram que tais medidas não foram ainda mais a

em Macau em torno da FRETILIN e retirou a manifestação de trinta mil pessoas que regressou a Díli do lado da Frente Revolucionária da República Popular de Timor-Leste onde chefes e membros da FRETILIN foram mortos pela Independência das massas pelo africano.

Como analisa a FRETILIN a Cimeira de Macau e qual o papel que atribui à realiza-

ção da mesma sem a sua presença?

Para a FRETILIN os pontos constantes da Lei Constitucional 7/75 que regula a descolonização de Timor e cujo projecto o Governo Português diz ter sido elaborado na Câmara de Maceo, segundo a Frente, esse texto já tinha sido apresentado numa reunião extraordinária do Comité dos 24 efectuada em Lisboa.

Da referida lei ressaltavam dois pontos considerados fundamentais:

1) Marcação da data (Outubro de 1976) para a eleição da Assembleia Nacional Popular de Timor, que irá definir o futuro estatuto político de Timor, admitindo assim a hipótese da integração do Timor-Leste na Indonésia.

2) Marcação da 2.ª data (Outubro 76) altura em que cessa a soberania portuguesa, sendo o prazo decorrido entre as duas datas utilizado para a transferência de poderes para o território independente ou para a Indonésia.

A FRETILIN, por outro lado, entende que a UDT que com tanto "escrúpulo" e lucidez defendeu a independência de Timor, tenha "arreluído estas cláusulas. É assim

— acrescentam — que dada a brevidade da posição do Governo Português em levar a APODETI à mesa das negociações, a FRETILIN convenceu com o seu programa não aceitar tal e poré Mao-Bern, recusando-se a estar presente na dita cimeira".

Referindo-se ainda à posição do Governo Português, a FRETILIN considera que o facto de Lisboa "ter levado por diante o seu projecto apesar da firme recusa da FRETILIN, demonstra nitidamente o seu compromisso com os agentes do imperialismo e tal facto visava uma tentativa para isolar da cena política internacional a verdadeira Vanguardia do Povo de Timor-Leste a FRETILIN — ao mesmo tempo que a nível interno se procurava eliminar de vida política a FRETILIN sobre a qual a repressão se intensificava, privilegiando e acentuando de UDT a parte de um ter desmoralizada e "Golpe" reacção contra a FRETILIN.

"Depois se infere — salienta a FRETILIN — que a UDT propalada vontade de servir o Povo numa vertente mais foi relegada para último plano a favor da farsa estabelecida de Maceo".

O "golpe de Estado" da UDT

Eis quando chegamos ao facto que fez reverter a questão da descolonização de Timor de novo na ordem do dia: o golpe de Estado da UDT realizado na noite de 10 para 11 de Agosto último.

Como explica a FRETILIN, dado o crescimento incanescimento da UDT compreendido por esta organização política tenha sido possível? Tal actuação que poderia ser vista como um erro político na medida em que, para além das profundas divergências ideológicas entre a UDT e a FRETILIN, a APODETI pareceria ser de longe o principal inimigo a ser atacado pela UDT, e não a FRETILIN, como o foi na prática. Qual a razão de fundo para que esse golpe tivesse sido levado à prática?

Segundo a FRETILIN "toda a análise da problemática da descolonização de Timor-Leste tal por terra ou sem ajeito, a nada esclarecer se não se tiver em conta que o maior entrave à verdadeira libertação da Povo de Timor-Leste é a imperialismo que, no Sudoeste Asiático, joga interesses de vital importância para em causa a sua própria sobrevivência".

"Deste modo — acrescentam —

já se pode entender a posição das posições do governo e a prática política de Timor-Leste pois, se exige uma descolonização comprometida a "neutralidade" da área, e segundo as palavras dos representantes da Portugal, também, que a descolonização para ser séria e honesta, respeitar a vontade de FRETILIN, não comprometer a estabilidade política da área em que "Leste se insere".

Porém, interroga a FRETILIN: "O que é "neutralidade" da área sendo a mesma "status quo", mantendo a exploração imperialista da mesma área?"

A "FRETILIN desde há horas combate a exploração de Timor Leste e pugna real e verdadeira independência por isso que os agentes imperialistas procuram por meios a missão da FRETILIN já se pode entender de Estado da UDT" como FRETILIN e o apoio "marxista" de dois países da ASEAN, o interesse dos nacionalistas "verno local" salientam.

"A FRETILIN tem sido todos os ataques de impiedade por parte em Timor-Leste — APODETI e UDT

que alienadamente e de um cada momento por que alienar milhares de para o seu domínio e para de eficácia. Mas se os ataques contra os seus, e integridade de FRETILIN na Indonésia procedente APODETI não tem nenhuma, ao contrário da independência. Fazia isso, e sua contribuição — FRETILIN, a acção desenvolvida FRETILIN que não só levou a cabo da APODETI como a descolonização da independência pela UDT, progressivamente magnificada, pelo Povo, através e apoio que distribuiu de nacionalistas do Governo, e não obstante ainda se tem muitos representantes abertamente a FRETILIN".

Esta situação — dizem os responsáveis da FRETILIN — os agentes do imperialismo que procuram é um golpe de

Estado da UDT realizado com a APODETI, agentes do Governo local e nacionalistas da área. O apoio da UDT ao golpe de forças pelo carácter, militância e um certo imperialismo resultante imediata com a de poder à UDT e prática

de todos os dirigentes da FRETILIN". A UDT solicitará a intervenção da Indonésia e dos Estados Unidos que com os seus aviões estacionados na base de Doco transformariam Timor-Leste em terra queimada, no caso de se recusar para os Assuntos Exteriores da UDT, João Carmo, se as suas exigências não fossem satisfeitas".

No entanto na opinião da FRETILIN como teria sido possível à UDT, isolada das massas marginalizadas pelas unidades militares e sem uma organização militar autónoma, de um momento para o outro controlar os pontos estratégicos da cidade (aeroporto, Rádio Marconi, centro de transmissões, ERT) e assaltar a sede da Polícia de Segurança Pública?

A resposta: "efectivamente, tal não foi possível sem apoio tácito do Governo local como prova a aparente prisão do tenente coronel Maggiale Gouveia, comandante da PSO, membro do comité de Descolonização de Timor e de Coordenadores do MFA em Timor que posteriormente aderiu às fileiras da UDT".

Quanto à participação dos países da área nos acontecimentos recentes em Timor-Leste recondece o relatório apresentado pela

Campaign for Independent East Timor (CIET) divulgado nos jornais na altura do golpe e onde se dava notícia do envolvimento dum brigadeiro australiano (membro proeminente do Partido Democrático Trabalhista — partido de extrema-direita na Austrália) e da JIO (Joint Intelligence Organization — Polícia Militar Secreta Australiana).

Nesse relatório a CIET apontava o brigadeiro Bernard J. Callinan (na reserva), um comandante dos comandos australianos em Timor, durante a Segunda Guerra Mundial, e alto conselheiro da DIEM, no Vietnam do Sul, como sendo uma figura chave dos acontecimentos ocorridos em Timor-Leste bem como descrevia com largueza de pormenores os vários contactos anteriormente estabelecidos pelo brigadeiro e outras personagens de direita com dirigentes da UDT, no sentido de estes romperem a coligação com a FRETILIN e formar uma aliança "anti-comunista" com a APODETI o que efectivamente se veio a verificar e que recebeu o nome de MAC (Movimento Anti-Comunista). Com efeito poucas semanas após estes contactos na Austrália a UDT desfez unilateralmente a coligação, como já referimos.

Expresso

75-10-11

17

ARAÚJO, 

EXPRESSO entrevistou Abílio Araújo, membro do Comité Central da FRETILIN e seu representante em Portugal. Ouvimos da sua boca as principais questões relacionadas com o impasse político que impede a descolonização de Timor-Leste e registámos o seu ponto de vista quanto aos principais responsáveis por essa situação. A possibilidade de uma

invasão militar por parte da Indonésia num momento em que a situação político-militar em Timor-Leste se encontra sob o controlo directo da FRETILIN e a recusa por parte do governo português em reconhecer na Frente o seu legítimo representante, foi também outro dos temas sobre o qual Abílio Araújo se pronunciou.

EXPRESSO entrevista Abílio Araújo, membro do Comité Central da FRETILIN

Indonésia-responsável pelo impasse político na descolonização Timor-Leste

EXPRESSO — Para a FRETILIN qual é o país da área que actualmente melhor representa os interesses da imperialisao?

FRETILIN — A Indonésia representa, neste momento, por assim dizer, o papel de guardiã intrínseca da "chamada estabilidade geo-política da área". Daí que o Governo Português tenha procurado sempre em todas as suas diligências (e uma vez mais assim aconteceu aquando da viagem do representante do governo de Lisboa no seguimento do acordo da UDT), contactar o governo indonésio e ouvir os seus pontos de vista.

Verificamos, por um lado, que a Indonésia continua a dizer que o Governo Português é a única autoridade soberana em Timor e que, portanto, não reconhece a FRETILIN e até se recusa a conversar conosco; por outro lado, o Governo Português recusa-se também a reconhecer a FRETILIN como legítimo representante do Povo de Timor e a reconhecer o controlo político-militar que exercemos no nosso país.

Isto para nós tem um significado: significa que o Governo Português ficou, pelo menos comprometido a partir da altura que se pronunciou acerca da sua vinculação aos acordos da cimeira de Macau e ao desejo de não marginalizar a UDT e a APODI-TI. Ou seja: o Governo Português continua vinculado aos interesses da Indonésia e dos outros países da área.

Ao longo dos vários encontros que a FRETILIN teve com representantes do Governo Português ficou claro para nós que o impasse político que neste momento se verifica em relação à descolonização de Timor-Leste se deve à Indonésia, pois, se não houvesse uma Indonésia, o processo de descolonização teria sido definido como o foi, por exemplo, em relação a Moçambique e às outras ex-colónias.

Ora, a impotência — ou a incapacidade — do Governo Português de resolver a descolonização de Timor-Leste devido a pressões externas não é justificacao para

que não aceite a vontade do nosso Povo já expressa por todas as formas: a independência com a FRETILIN.

Na nossa opinião, se existem pressões ao ponto de impedir o Governo Português de pronunciar-se correctamente quanto à descolonização de Timor-Leste, o Governo Português tinha por obrigação denunciar nas instâncias internacionais ao seu alcance todas essas pressões que o impedem de tomar uma posição correcta dado que se trata de um problema que só a ele e ao Povo de Timor dá respeito, denunciar essas pressões que não são — mais do que ingerências nos assuntos internos de Portugal, pois, neste caso, trata-se dum processo de descolonização que está a ser levado a cabo pelo Governo Português.

EXPRESSO — A FRETILIN afirma controlar político-militarmente Timor-Leste. Qual a realidade, no entender da FRETILIN, que impede o Governo Português de estabelecer negociações directas com a Fretilin?

FRETILIN — As razões, do nosso ponto de vista, continuam a ser aquelas que nós dizíamos: a vontade do Governo Português de satisfazer fundamentalmente os interesses dos países locais do imperialismo que procuram por todas as formas impedir a libertação do nosso Povo.

EXPRESSO — Como se manifesta o controlo político-militar da FRETILIN em Timor-Leste?

FRETILIN — O controlo político-militar manifesta-se através da presença da FRETILIN em todo o território com os seus comités regionais, instalados por todo o país, apetrechados com as suas próprias estruturas sanitárias, educacionais, agrícolas, etc.

A nossa presença manifesta-se também através do amplo apoio popular que temos por todo o país. Em Timor-Leste não há nenhum local por mais recôndito que seja onde não se possa cantar o nosso hino e não há nenhum sítio onde não esteja a nossa bandeira, seja nos pináculos dos montes, seja nas profundezas dos vales. Isto é um

verdade verificada por todos os jornalistas estrangeiros que nos visitam. Verificam que a FRETILIN está em todo o sítio. Não sempre é assim, mas que a FRETILIN é o Povo.

Além da presença da FRETILIN por todo o lado através das suas estruturas, digamos, administrativa, entrámos, actualmente, na fase de preparação para a luta armada, pois existe constantemente o perigo de uma intervenção estrangeira, neste caso a intervenção da Indonésia. Por todo o território estão a ser criadas ou reforçadas as zonas milícias populares para autodefesa das aldeias.

EXPRESSO — Refere-se ao facto de uma invasão indonésia e não ao desenvolvimento de forças conjuntas da UDT-APODETI agora reunidas ao MAC Movimento Anti-Comunista...

FRETILIN — Para nós, realistas como somos, a possibilidade duma invasão indonésia é hipótese que não descartamos. Até agora vimos que a Indonésia não nos invadiu e há várias razões para isso. Pensamos que não irá invadir Timor-Leste dum momento para o outro porque não estamos na selva onde é mais forte dita a sua lei. Existe a solidariedade de vários países do mundo com a FRETILIN e, além disso, o nosso Povo está disposto a dar uma resposta firme no caso da intervenção estrangeira.

A FRETILIN já várias vezes denunciou a presença de soldados regulares indonésios no nosso território, isto prova-se porque temos soldados capturados, embora a Indonésia diga sempre que não interviu com o seu exército. Quanto a isso pensamos que a Indonésia procura fazer cur à opinião pública portuguesa e internacional que a FRETILIN não mantém o controlo de todo o território para, assim, justificar a não satisfação por parte do governo Português das reivindicações da FRETILIN.

Daí que as escaramuças que partem da fronteira — e que a Indonésia diz serem desencadeadas pela UDT e pela APODETI, o que não é verdadeiro — estão a ser levadas a cabo por soldados indonésios.

EXPRESSO — Como secura a FRETILIN as suas relações com a UDT para uma segunda cimeira em Macau e reconhecimento revindido ao general Costa Gomes? São dois pontos oficiais internacionais da parte do Governo português em como assegurar a integridade física das delegações

presentes; autorização para a presença de guarda-costas junto dos delegados; liberdade para os delegados contactarem todas as autoridades que quiserem, incluindo representantes de organizações internacionais; divulgação antecipada dos nomes dos delegados portugueses; liberdade de acção e facilidades para os conselheiros legais.

FRETILIN — Quanto a esta questão temos a dizer que achamos curioso que a UDT tenha falado já numa cimeira em Macau (e apresentado as suas "condições") paralelamente à proposta do Governo português de se voltar a realizar uma nova cimeira também em Macau. A UDT não acredita Macau como local para a realização da cimeira porque sabe muito bem que tem lá os seus amigos. A FRETILIN, por seu lado, já afirmou várias vezes que em Macau nunca se poderá realizar qualquer cimeira.

EXPRESSO — Quais as razões da vossa recusa?

FRETILIN — Na primeira cimeira aí realizada chamamos umas — já do conhecimento geral. Agora temos outras a acrescentar.

Em Macau está o Governador Garcia Leandro que é pró-UDT. A FRETILIN não tem dúvidas. Garcia Leandro já teve várias atitudes que o comprovam. Por exemplo: antes de ser nomeado Governador de Macau, Garcia Leandro foi o organizador da recepção ao ministro Almeida Santos quando este fez a sua primeira deslocação oficial a Timor-Leste.

Garcia Leandro convocou então todos os chefes tradicionais de Timor para lhe dizer que o Governo português, de modo algum, seccionava abandonar Timor e portanto as autoridades tradicionais deviam confiar no Governo português.

Com esta política não é mais do que uma das posturas da UDT. Com efeito, essa organização quando defendia a opção da independência com ligação a Portugal (tese federalista), falava precisamente nesses termos. A recepção ao ministro Almeida Santos foi uma recepção organizada para fazer ver ao enviado de Lisboa que o Povo de Timor-Leste era pró-UDT.

EXPRESSO — A nomeação por parte do Governo português dum novo responsável para se assumir a desmobilização e a que medida poderá vir influenciar a situação em Timor-Leste?

FRETILIN — É da prática da FRETILIN não fazer previsões especialmente no que se refere à actuação futura do Governo português em matéria de descolonização, pois essa tem vindo a ser reestruturada de 25 de Abril até hoje.

No entanto, talvez possamos fazer, neste caso concreto, do actual responsável por tal assunto, isto porque Vítor Crespo esteve ligado ao processo de descolonização em Moçambique. A FRETILIN sempre considerou que a descolonização de Moçambique levada a cabo pela FRELIMO em cooperação com o Governo português foi um processo correcto.

Nesse sentido, pensamos que Vítor Crespo, pela sua actuação passada, pode vir a influenciar bastante — ou talvez decisivamente — a condução correcta dum processo de descolonização em relação a Timor-Leste que até aqui, e do ponto de vista da FRETILIN, nunca foi correctamente conduzido.

EXPRESSO — No entender da FRETILIN tem havido na imprensa portuguesa alguns tipos de boicote em relação às actividades da Frente ou à situação em Timor-Leste? E boicotes dentro tipo?

FRETILIN — Boicote à divulgação na imprensa das actividades políticas da FRETILIN, pelo que sabemos, até aqui não se têm verificado, sistematicamente. As posições que o nosso Comité Central tem tomado que em Timor-Leste, quer em Portugal, têm sido noticiadas.

No entanto, não queremos deixar de referir a tentativa de manipulação da opinião pública portuguesa por parte das agências noticiosas estacionadas em Díacarta acerca do que se passa realmente em Timor-Leste. Isto porque se têm vindo a dar publicidade a telegramas provenientes da Indonésia e enviados pela Reuters e pela France Press que não traduzem o que acontece efectivamente no nosso país. Tem-se falado no recuador de lutas em Timor-Leste, sobre a morte de vários militantes nossas armadas, etc. Nós temos uma interpretação para isso: sabemos que os órgãos de informação sediados em Díacarta estão ao serviço do imperialismo e neste momento o imperialismo ataca o nosso Povo e a FRETILIN a vários níveis, entre os quais destacamos o informativo e o económico.

A nível informativo procuram fazer crescer através de notícias especialmente ao Povo português que não existe um controlo político-militar exercido por nós em Timor-Leste; que não há calma. Portanto, preparam uma manobra no sentido de levar a opinião pública a aceitar a necessidade duma intervenção da ONU ou de forças estrangeiras com o objectivo de restabelecer a ordem e a paz em Timor, quando a ordem e a paz se encontram restabelecidas desde que a FRETILIN exerce o controlo político-militar no país.

Recentemente verificamos-se um caso de boicote informativo nos jornais portugueses no que respeita à divulgação das manifestações de solidariedade que neste momento se estão a gerar em todo o mundo em nome da FRETILIN. Referimo-nos à alocação que o camarada Samora Machel proferiu na abertura da Conferência da Organização de Solidariedade com os Povos Afro-Asiáticos e na qual Samora Machel se referiu a FRETILIN como o legítimo representante do povo de Timor. Esse extrato da alocação não foi transmitido nos órgãos de Informação em Portugal. Apenas se ouviu a parte do discurso de Machel respeitante ao MPLA.

Ainda relacionado com o mesmo assunto verificou-se a não publicação na maior parte dos jornais diários portugueses da resolução aprovada na referida Assembleia (onde estiveram presentes 47 países e organizações) que decidiu apoiar incondicionalmente a luta do Povo de Timor sob a direcção da FRETILIN e reconhecer a Frente como o único e legítimo representante do Povo de Timor-Leste.

A outra arma que as forças imperialistas actualmente utilizam para diferir contra o nosso Povo é o boicote económico, esta materializa-se na circulação de barcos indonésios ao longo da nossa costa para impedir qualquer abastecimento do nosso Povo em víveres, vestes.

E aqui queremos frisar um aspecto bastante importante: a responsabilidade do Governo português na actual situação e a sua actuação nitidamente colonialista, pois este bloqueio económico tem por finalidades — e já está a atingi-las fazer com que o nosso povo limite a sua alimentação às raízes e tubérculos que existem no nosso território e impedir-lo de se abastecer de arroz, farinha e leite, produtos que importávamos.